

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021**

Senhores Acionistas,

A Administração da Braskem S.A. ("Companhia" ou "Braskem") vem apresentar proposta ("Proposta") com relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Braskem, a ser realizada em 13 de abril de 2021, às 15h00, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("IN CVM 481"), através da plataforma digital Webex ("Plataforma Digital" e "Assembleia", respectivamente).

I. Em Assembleia Geral Ordinária:

1. *Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020*

As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de março de 2021, nos termos do artigo 26, inciso "V", de seu Estatuto Social, e obtiveram parecer favorável do Conselho Fiscal, em reunião realizada no dia 10 de março de 2021. A Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nos termos da IN CVM 481, contendo as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

O anúncio previsto no caput e §1º do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") será publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Correio da Bahia" na forma prevista no artigo 124 da Lei das S.A.

Adicionalmente, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 9º da IN CVM 481 e artigo 25, §1º da Instrução da CVM nº 480, de 07 de junho de 2009 ("IN CVM 480"), os seguintes documentos são disponibilizados para a análise dos Srs. Acionistas:

- (i) Demonstrações Financeiras e notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- (ii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
- (iii) Relatório e Parecer dos Auditores Independentes;
- (iv) Parecer do Conselho Fiscal;
- (v) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes;
- (vi) Declaração dos Diretores de que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras; e
- (vii) Os comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 de seu Formulário de Referência.

Os documentos acima referidos, bem como as atas das reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que sobre eles deliberaram, conforme aplicável, também se encontram disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas no escritório da Companhia localizado no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, Butantã, CEP 05501-050, no seu *website* (www.braskem-ri.com.br) e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

O documento indicado no item (vii) segue anexo à presente Proposta como Anexo I.

2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 10 de março de 2020, nos termos do artigo 26, inciso "V", de seu Estatuto Social, a Administração da Companhia submete à apreciação dos Srs. Acionistas o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e respectivas Contas dos Administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que foram disponibilizados aos Srs. Acionistas, nos termos do artigo 133 da Lei das S.A., artigo 9º da IN CVM 481 e artigo 25, §1º da IN CVM 480, e arquivados junto à CVM em 10 de março de 2021 e serão publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal “Correio da Bahia” na forma prevista no artigo 124 da Lei das S.A.

3. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A Administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 6.691.720.320,74 (seis bilhões, seiscentos e noventa e um milhões, setecentos e vinte mil, trezentos e vinte reais e setenta e quatro centavos) constante na Demonstração do Resultado do Exercício, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Administração da Companhia propõe que o valor de R\$ 6.667.262.951,65 (seis bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões, duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos) correspondente ao valor do prejuízo apurado no exercício, após considerar os efeitos dos valores lançados diretamente na rubrica Lucros (Prejuízos) Acumulados, conforme consta da Demonstração do Patrimônio Líquido das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, seja parcialmente absorvido pelas Reservas de Capital e Reservas de Lucros da Companhia, passando os saldos de tais Reservas de R\$ 232.460.444,01 (duzentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e um centavo) e R\$ 1.905.255.364,97 (um bilhão, novecentos e cinco milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), respectivamente, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 0,00 (zero reais) em ambas, nos termos do artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A.

Dessa forma, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício de 31 de dezembro de 2020, não haverá distribuição de dividendos e demais proventos aos acionistas, nos termos do artigo 201 da Lei das S.A.

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 1/2021 e da decisão do Colegiado da CVM de 27.09.2011, proferida no âmbito do Processo CVM RJ2010/14687, a Companhia não apresentará as informações indicadas no Anexo 9-1-II da IN CVM 481 em razão da apuração de prejuízo no exercício.

4. Deliberar sobre a eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia e respectivos suplentes

A Administração da Companhia propõe deliberar sobre a eleição de até 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, para mandato que vigorará até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021, nos termos dos artigos 42 e 43 de seu Estatuto Social.

A Administração submete aos Acionistas a eleição da chapa a seguir, Novonor S.A. – Em recuperação judicial (anteriormente denominada Odebrecht S.A.) e OSP Investimentos S.A. – Em recuperação judicial e pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”):

EFETIVOS	SUPLENTES
ISMAEL CAMPOS DE ABREU	IVAN SILVA DUARTE
GILBERTO BRAGA	TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO

MARCILIO JOSE RIBEIRO JUNIOR	VIVIANA CARDOSO DE SA E FARIA
AMÓS DA SILVA CANCIO	PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA

A informações relativas à experiência profissional dos candidatos indicados para compor a chapa estão disponíveis no Anexo II, nos termos do artigo 10, inciso I da IN CVM 481 (itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência).

5. *Deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2021*

O montante total proposto para o exercício social de 2021 referente à remuneração anual e global dos Administradores é de R\$ 72.478.883,96 (setenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), incluindo os honorários fixo e variável, bem como os benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, refletido nas orientações do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 01/2021. Adicionalmente, a Administração propõe para o exercício social de 2021 o montante de R\$ 1.020.637,80 (um milhão, vinte mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) referente à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, observado o disposto no artigo 162, §3º, da Lei das S.A., totalizando, portanto, uma remuneração anual e global dos Administradores e Conselho Fiscal no montante de R\$ 73.499.521,76 (setenta e três milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

Conforme o artigo 12 da IN CVM 481, encontram-se detalhadas na presente Proposta as informações referentes à fixação da remuneração dos Administradores e de seu Conselho Fiscal, nos termos de seus Anexos III e IV.

II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

6. *Deliberar sobre a substituição de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, indicado pelas acionistas Novonor S.A. – Em recuperação judicial (anteriormente denominada Odebrecht S.A.) e OSP Investimentos S.A. – Em recuperação judicial (“Novonor”) em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2021*

Tendo em vista a renúncia apresentada pelo Sr. Guilherme Duarte Abud, em 25 de novembro de 2020 com efeitos a partir da referida data, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, a Administração da Companhia submete aos Srs. Acionistas a deliberação sobre a eleição da Sra. Laura Maniero Gadelho, em substituição ao Sr. Guilherme Duarte Abud, para completar o restante do mandato em curso, que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2021.

O Anexo II à presente Proposta traz as informações da candidata indicada pela acionista Novonor, bem como as suas experiências profissionais, nos termos dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em observância ao disposto artigo 10, inciso I da IN CVM 481.

7. *Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme alterações constantes da Proposta da Administração, para implementar ajustes às competências do Conselho de Administração*

A Administração da Companhia propõe aos Srs. Acionistas a deliberação sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para:

- (i) inclusão de alínea para regular a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a aquisição de matérias primas;
- (ii) criação de dispositivo sobre as regras aplicáveis para a conversão do limite para aquisição de matérias primas previsto em Dólar ao equivalente em Reais; e
- (iii) alteração da denominação social da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, bem como ajustes formais, de remuneração e de referências cruzadas, quando aplicável.

A origem e justificativa de cada alteração proposta, bem como a versão marcada das disposições do Estatuto Social da Companhia com as alterações propostas, nos termos do artigo 11, inciso II da ICVM 481, encontram-se detalhadas na tabela comparativa constante do Anexo V da presente Proposta. Além disso, a cópia do Estatuto Social contendo as alterações em destaque, nos termos do artigo 11, inciso I da ICVM 481, encontra-se no Anexo VI da presente Proposta.

III. Impossibilidade de Eleição em Separado:

Em linha com o entendimento do Colegiado da CVM nos Processos Administrativos CVM Nº RJ2016/4098 e 19957.009411/2017-46, tendo em vista que a primeira matéria constante da ordem do dia para a Assembleia Geral Extraordinária ora convocada refere-se apenas à substituição de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, que não foi eleito pelo sistema de eleição em separado, não haverá a possibilidade de adoção da eleição em separado, conforme prevista no artigo 141, §§4º e 5º da Lei das S.A.

IV. Participação dos Acionistas:

Considerando a pandemia da COVID-19 no Brasil, sobretudo em razão da continuidade das restrições existentes à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser:

- (a) via boletim de voto a distância (“Boletim”), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (www.braskem-ri.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e

(b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da IN CVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:

Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 11 de abril de 2021**, os seguintes documentos:

- (i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia;
- (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do instrumento de constituição, estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou
- (iii) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, **ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481.**

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação na Assembleia, as quais também se encontram no item 12.2 do Formulário de Referência:

(a) **Boletim de Voto a Distância:** a Companhia adotará a votação a distância nos termos da IN CVM 481, permitindo que seus Acionistas enviem seus votos: (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia; (ii) por meio do escriturador das ações da Companhia (Itaú Corretora de Valores S.A.), localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, São Paulo, CEP 04538-132, atendimento a acionista pelos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas); ou 0800 7209285 (demais localidades), ou ainda pelo e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br ou através do site <https://www.itau.com.br/investmentservices/assembleia-digital/>; ou (iii) diretamente à Companhia: (iii.1) por via física, mediante o envio ao escritório localizado à Rua Lemos Monteiro, nº 120, 24º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050; ou (iii.2) por via eletrônica, para o e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, conforme as orientações constantes no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no próprio Boletim.

(b) **Plataforma Digital:** os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão enviar tal solicitação para a Companhia através do e-mail braskem-ri@braskem.com, com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 11 de abril de 2021**, a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do Acionista para participação na Assembleia (conforme detalhada acima, no Edital de Convocação da Assembleia e no Manual para Participação na Assembleia), **ressaltando que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481.**

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à Plataforma Digital e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima, conforme já exposto no Manual para Participação na Assembleia.

O Acionista que participar por meio da Plataforma Digital será considerado presente à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva Ata da Assembleia, nos termos do art. 21-V, §1º da IN CVM 481.

Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 15h00 do dia 12 de abril de 2021), deverá entrar em contato com a Companhia pelos telefones +55 (11) 3576-9531 – em qualquer cenário, antes das 12h00 do dia 13 de abril de 2021, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem problemas para participar da Assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na Assembleia.

A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da Assembleia, acessem a Plataforma Digital Webex com, no mínimo, 15 minutos de antecedência do horário previsto para início da Assembleia a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem.

A decisão da Companhia para a realização da Assembleia exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I e artigo 21-C, §§2º e 3º da IN CVM 481, foi tomada no contexto da COVID-19, onde o trânsito de pessoas continua limitado pelas autoridades competentes.

Assim, a realização da Assembleia exclusivamente digital diminui a necessidade de viagem aérea e o risco à saúde de todos, facilitando a participação dos Acionistas e dos demais envolvidos na sua realização.

A Companhia reitera seu compromisso com a adoção das medidas de combate à pandemia da COVID-19 e com a segurança de seus acionistas e colaboradores e das comunidades das regiões onde atua.

Por fim, encontram-se detalhados nesta Proposta todos os anexos nos termos legais e regulatórios.

A Administração

* * *

ANEXO	PÁGINA
ANEXO I – Comentários dos administradores da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.	10
ANEXO II – Indicação de candidatos indicados pela Novonor e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, bem como candidato indicado pela Novonor para ocupar cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos do artigo 10, inciso I, da IN CVM 481.	79
ANEXO III – Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 12, inciso I da IN CVM 481.	93
ANEXO IV – Proposta de remuneração dos administradores, conforme informações do item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II da IN CVM 481.	95
ANEXO V – Relatório de alterações do Estatuto Social da Companhia detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando seus efeitos jurídicos e econômicos, em forma de tabela, nos termos do artigo 11, inciso II da ICVM 481.	121
ANEXO VI – Cópia do Estatuto Social da Companhia contendo, em destaque, as alterações propostas, nos termos do artigo 11, inciso I da ICVM 481.	124

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO I

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021**

Comentários dos Administradores da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu objetivo estratégico de atender as necessidades de seus Clientes na cadeia de valor da indústria química e petroquímica e de plástico no Brasil e no mundo, maximizando o valor para seus acionistas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Resultado Operacional Recorrente de US\$ 2.082 milhões (R\$ 10.975 milhões), em comparação a US\$ 1.514 milhões (R\$ 5.936 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e US\$ 3.049 milhões (R\$ 11.080 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Para mais informações, vide item 10.2 (b) desta proposta da administração.

A geração livre de caixa da Companhia¹ no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 1.276 milhões ante R\$ 3.108 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma queda de 59,0%. Em 2019, a geração livre de caixa da Companhia¹ apresentou uma queda de 56,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 7.068 milhões). Para mais informações, vide item 10.2 (b) desta proposta da administração.

¹ Geração Livre de Caixa (=) Caixa Líquido Gerado (Aplicado) pelas Atividades Operacionais (-) Acordo de Leniência (+) efeitos das reclassificações entre as linhas de Aplicações Financeiras (inclui LFT's e LF's) e Caixa e Equivalentes de Caixa (-) Depósitos Judiciais - Outros Ativos Financeiros (+) Utilização de Caixa em Atividades de Investimentos (+) Arrendamento Mercantil (+) Receita a Performar.

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento líquido² (US\$ 5.245 milhões / R\$ 27.255 milhões) da Companhia em dólares apresentou uma redução de 2,3% em relação ao endividamento de 31 de dezembro de 2019 (US\$ 5.369 milhões / R\$ 21.641 milhões), o qual, por sua vez, foi 4,7% superior ao endividamento líquido em dólares apresentado em 31 de dezembro de 2018 (US\$ 5.129 milhões/R\$ 19.873 milhões).

A alavancagem financeira da Companhia³ medida pela relação dívida líquida/Resultado Operacional Recorrente, nos últimos três exercícios sociais, quando mensurada em dólar, foi de 2,94x no final de 2020, 4,71x no final de 2019 e 2,18x no final de 2018. A alavancagem no final de 2020 representa uma queda de 37,5% em relação a 31 de dezembro de 2019, que apresentou um aumento de 116% em relação a 31 de dezembro de 2018. Para mais informações, vide item 10.1 (h) desta proposta da administração.

Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido consolidado atribuível aos acionistas da Companhia⁴ era de R\$ 2.202 milhões negativo, comparado a R\$ 4.885 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 6.788 milhões em 31 de dezembro de 2018. Para mais informações, vide item 10.1 (h) desta proposta da administração.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo de 304% do valor do patrimônio líquido, que ficou negativo de R\$ 2.202 milhões, comparado a um retorno negativo de 57% e retorno positivo de 42%, referente aos exercícios sociais encerrados em 2019 e 2018, respectivamente.

Os indicadores de liquidez da Companhia dos últimos três exercícios sociais são apresentados na tabela abaixo:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2020	2019	2018
Liquidez Corrente (x) ⁽¹⁾	1,59	1,23	1,54
Liquidez Geral (x) ⁽²⁾	0,97	1,09	1,16
Alavancagem (x) ⁽³⁾	2,94	4,71	2,18

⁽¹⁾ Liquidez Corrente = Ativo Circulante/ Passivo Circulante. Não considera Braskem Idesa.

² Não considera o endividamento líquido da controlada Braskem Idesa S.A.P.I. Em 2020, 50% do bond híbrido possui tratamento de equity.

³ Não considera: (i) o endividamento líquido e do Resultado Operacional Recorrente da controlada Braskem Idesa S.A.P.I.; e (ii) o montante de R\$ 1,3 bilhões destinados ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas. A Companhia modificou sua metodologia de cálculo do Resultado Operacional Recorrente a partir do quarto trimestre de 2019 para excluir efeitos não recorrentes do Resultado Operacional Recorrente, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS).

⁴ Não considera a participação de acionistas não controladores em controladas.



⁽²⁾ Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante). Não considera Braskem Idesa.

⁽³⁾ Alavancagem = (Dívida Bruta + Derivativos + Acordo de Leniência) – Caixa – R\$ 1,3 bilhões (caixa bloqueado destinado ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas)/Resultado Operacional Recorrente (a Companhia modificou sua metodologia de cálculo do Resultado Operacional Recorrente a partir do 4T19 para excluir efeitos não recorrentes, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS). Não considera Braskem Idesa.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os diretores indicam, no quadro abaixo, a evolução da estrutura de capital da Companhia com relação aos três últimos exercícios sociais:

Estrutura de Capital	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Capital Próprio	(3.867)	-4%	3.945	6%	5.911	10%
Capital de Terceiros	89.950	104%	63.951	94%	53.283	90%

O capital de terceiros está composto primordialmente pela abertura a seguir:

Capital de Terceiros	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Financiamentos	41.732	46	29.292	46	25.193	47
<i>Mercado de Capitais</i>	34.533	38	24.490	38	21.999	41
<i>Agentes Governamentais Nacionais</i>	551	1	407	1	330	1
<i>Agentes Governamentais Estrangeiros</i>	5.182	6	3.030	5	1.957	4
<i>Operações Estruturadas</i>	1.063	1	958	2	499	1
<i>Capital de Giro</i>	403	0	406	1	407	1
Operações com derivativos	1.151	1	219	0	232	0
Financiamentos Braskem Idesa	12.059	13	9.982	16	10.505	20
Acordo de Leniência	1.474	2	1.742	3	1.443	3
Fornecedores	9.954	11	9.121	14	8.615	16
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa	3.222	4	2.396	4	2.184	4
Provisão de gastos Alagoas	9.176	10				
Outros	11.182	12	11.200	17	5.112	10
Total	89.950	100	63.951	100	53.283	100

A Companhia busca diversificar suas fontes de recurso através da utilização do mercado de capitais, de agentes governamentais, por meio de capital de giro e de outras operações estruturadas. A estratégia financeira da Companhia segue focada na captação de recursos através do mercado de capitais, mantendo disponíveis linhas de crédito bancário para operações de capital de giro.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de liquidez e de alavancagem financeira são adequados para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras e para aproveitar oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir, embora os diretores da Companhia não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

A Companhia assumiu compromissos (captação de recursos de terceiros)⁵ no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no montante total de R\$ 13.049 milhões, ante R\$ 20.586 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 4.302 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A estratégia de assunção de compromissos tem como objetivo o alongamento do perfil da dívida. Se consideradas as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa, o montante total de compromissos captados é de R\$ 13.049 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 24.084 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 4.302 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em todos os três exercícios, a Companhia buscou manter seu nível de liquidez elevado, refletindo sua capacidade de pagamento via geração de caixa operacional e a manutenção da linha de crédito rotativo internacional, garantindo assim a cobertura de suas obrigações financeiras em 84 meses em 31 de dezembro de 2020.

A capacidade de pagamento da Companhia, porém, poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco. De forma resumida, é possível dizer que as principais necessidades de caixa da Companhia lexicompreendem: (i) necessidades de capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos de capital relacionados a investimentos em operações, modernização e investimentos estratégicos; (iv) pagamentos de impostos; e (v) pagamento de dividendos referentes às ações. Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente com o fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais, com empréstimos de curto e longo prazo e com a emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou as seguintes avaliações pela Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's. Adicionalmente, a Companhia apresentou um risco de crédito acima do risco soberano pelas três maiores agências de classificação de risco (S&P, Fitch e Moody's).

Agência/Ano	2020	2019	2018
Fitch Ratings	BB+ Estável	BBB- Negativa	BBB- Estável
Standard & Poor's	BB+ Estável	BBB- Negativa	BBB- Estável
Moody's	Ba1 Negativa	Ba1 Estável	Ba1 Estável

⁵ Não considera a captação de recursos de terceiros efetuada pela controlada Braskem Idesa S.A.P.I.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou como fontes de recursos para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, além dos compromissos (captação de recursos de terceiros) mencionados no item anterior, a própria geração de caixa operacional, que foi de R\$ 1.276 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação a R\$ 3.108 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 7.068 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

- Empréstimos e financiamentos para o capital de giro: nos três últimos exercícios sociais, a Companhia captou recursos através de operações de crédito à exportação nas modalidades de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) e PPEs (Pré-Pagamento de Exportação), e por meio de operações de true sale/ cessão de recebíveis.
- Financiamentos de investimentos correntes e demais projetos estratégicos: nos três últimos exercícios sociais foram utilizados recursos diretos e indiretos, assim como seguros de créditos, de órgãos governamentais brasileiros e estrangeiros, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, FINEP, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, NEXI (agência de crédito japonesa), SACE (agência de crédito italiana) e a Euler-Hermes (agência de crédito alemã).

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia, por meio da combinação de: (i) recursos originados das operações em geral da Companhia; (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida já existente; e (iii) recursos originados devido à redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a evolução da alavancagem financeira da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais, medida pelo indicador “Dívida Líquida/Resultado Operacional Recorrente”:

Sem ganho/benefício dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS

(Milhões)	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Reais	Dólar	Reais	Dólar	Reais	Dólar
Dívida Líquida ⁽¹⁾	20.876	5.557	21.641	5.369	19.873	5.129

Resultado Operacional Recorrente UDM (2)	9.414	1.783	4.460	1.140	8.816	2.430
Alavancagem (x)	2,90	2,94	4,85	4,71	2,26	2,11

Com ganho/ benefício dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS

(Milhões)	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Reais	Dólar	Reais	Dólar	Reais	Dólar
Dívida Líquida ⁽¹⁾	20.876	5.557	21.641	5.369	19.873	5.129
Resultado Operacional Recorrente UDM (2)	9.725	1.841	6.364	1.634	9.052	2.486
Alavancagem (x) ⁽³⁾	2,81	2,85	3,40	3,29	2,20	2,06

⁽¹⁾ Endividamento Líquido = Financiamentos CP + Financiamento LP+ Derivativos + Acordo de Leniência – Caixa e Equivalentes de Caixa. Não considera: (i) o endividamento líquido da Braskem Idesa S.A.P.I.; e (ii) montante de R\$ 1,7 bilhões destinados ao Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação de Alagoas

⁽²⁾ A Companhia modificou sua metodologia de cálculo do Resultado Operacional Recorrente a partir do 4T19 para excluir efeitos não recorrentes, sendo o principal os créditos de PIS e COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS)

⁽³⁾ Para fins de alavancagem, as agências de rating Standard & Poor's e Fitch Rating consideram o bond híbrido com tratamento de 50% equity.

O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pela tabela abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no montante de US\$ 2,4 bilhões pelo fato de a mesma ser na modalidade *project finance* e, portanto, deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa do projeto:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	(R\$ Milhões)		
Dívidas de Curto Prazo	1.373	822	765
Dívidas de Longo Prazo	40.595	28.470	27.427
Dívidas em reais	3%	6%	5%
Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar	97%	94%	95%
Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas	0%	0%	0%
Dívidas Quirografárias	100%	99%	98%
Dívidas cobertas por garantias reais	0%	0%	2%
Dívidas cobertas por outros tipos de garantias	0%	1%	0%

A agenda de amortização das dívidas da Braskem pode ser resumida pelo quadro abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa conforme explicado acima:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026-2027	2028 em diante	TOTAL
	(R\$ Milhões)							
Moeda Nacional ⁽¹⁾	168	150	348	751	74	98	147	1.736
Moeda Estrangeira ⁽¹⁾	1.313	2.237	1.622	5.023	1.126	1.092	28.654	41.068
Total	1.481	2.387	1.970	5.774	1.201	1.191	28.801	42.805

⁽¹⁾ Não considera custos de transação

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores da Companhia passam a descrever, abaixo: (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimo e financiamento que classificam como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

BRASKEM

Fixed-rate Bonds

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/11	US\$	750	jul/41	PRÉ	7,13%	Semestral	Final	516	2.680
mai/12	US\$	500	mai/22	PRÉ	5,38%	Semestral	Final	289	1.500
jul/12	US\$	250	jul/41	PRÉ	7,13%	Semestral	Final	258	1.340
fev/14	US\$	750	fev/24	PRÉ	6,45%	Semestral	Final	513	2.667
mai/14	US\$	250	fev/24	PRÉ	6,45%	Semestral	Final	257	1.334
out/17	US\$	500	jan/23	PRÉ	3,50%	Semestral	Final	199	1.034
out/17	US\$	1.250	jan/28	PRÉ	4,50%	Semestral	Final	1.277	6.634
nov/19	US\$	1.500	jan/30	PRÉ	4,50%	Semestral	Final	1.528	7.941
nov/19	US\$	750	jan/50	PRÉ	5,88%	Semestral	Final	768	3.993
jul/20	US\$	600	jan/81	PRÉ	8,50%	Semestral	Final	624	3.242

Perpetual Bonds

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
out/10	US\$	700	Não há	PRÉ	7,375%	Trimestral ⁽¹⁾	Final	500	2.598

⁽¹⁾ Em 26 de setembro de 2018 a Companhia realizou o resgate parcial de US\$ 200 milhões, como parte de sua estratégia de redução do custo do endividamento.

Pré-pagamento de exportações

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
set/17 ⁽¹⁾	US\$	135,0	mar/27	LIBOR	1,61%	Semestral	Semestral ⁽²⁾	98	510
out/19	US\$	100,0	out/24	LIBOR	1,75%	Semestral	Final	100	121
Ago/20	US\$	225,0	fev/31	LIBOR	1,70%	Semestral	Final	226	1.177

⁽¹⁾ Financiamento com seguro de crédito da Nippon Export and Investment Insurance (NEXI), agência de crédito de exportação do Japão.

⁽²⁾ A amortização de principal iniciou em set/18.

Financiamento para investimentos

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros		Amortização principal		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/18 ⁽¹⁾	US\$	225 ⁽²⁾	dez/28	LIBOR	0,65%	Semestral	Semestral ⁽³⁾	192	997

¹⁾ Financiamento com seguro de crédito da Euler Hermes, agência de crédito de exportação da Alemanha, contratado para financiamento de parte da nova planta de PP nos Estados Unidos.

²⁾ Valor desembolsado de US\$ 203,7 milhões até 31 de dezembro de 2020.

³⁾ A amortização de principal foi iniciada em dez/20.

Outras linhas de crédito em moeda estrangeira

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
nov/18 ⁽¹⁾	US\$	295,0	nov/28	LIBOR	0,90%	Semestral	Semestral ⁽²⁾	236	1.228
abr/19 ⁽³⁾	US\$	80,4	abr/26	LIBOR	1,00%	Semestral	Semestral ⁽⁴⁾	58	300
dez/19 ⁽⁵⁾	US\$	150,0	dez/29	LIBOR	0,90%	Semestral	Semestral ⁽⁶⁾	135	703
jan/20 ⁽⁷⁾	US\$	100,0	jan/25	LIBOR	1,65%	Semestral	Semestral	101	524

⁽¹⁾ Financiamento com seguro de crédito da SACE, agência de crédito de exportação da Itália.

⁽²⁾ A amortização de principal iniciou em mai/19.

⁽³⁾ Financiamento contratado pela Braskem S.A. com prazo de 7 anos. Para a concretização deste financiamento, alguns ativos de plantas da Companhia foram transferidos para a instituição financeira. De acordo com o CPC 48/IFRS 15, esta transferência não é caracterizada como uma venda.

⁽⁴⁾ A amortização de principal iniciou em set/19.

⁽⁵⁾ Financiamento com seguro de crédito da SACE, agência de crédito de exportação da Itália.

⁽⁶⁾ A amortização de principal iniciou em mar/20.

⁽⁷⁾ Financiamento contratado pela controlada Braskem Netherlands B.V.

Notas Promissórias

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
nov/19	R\$	500,0	nov/24	CDI	100% CDI + 0,85%	Final	Final	105	545



Notas de crédito para exportação

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
abr/18	R\$	400,0	mar/24	CDI	100% CDI + 0,70%	Final	Final ⁽¹⁾	78	403

⁽¹⁾ A companhia possui operação de swap para compensar a flutuação do CDI.

Linhas de Financiamento com BNDES

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
			Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
dez/09	R\$	jan/21	PRÉ	4,00%	Mensal	Mensal	0	2
jan/19	R\$	jan/31	IPCA	6,04%	Mensal ⁽¹⁾	Mensal ⁽¹⁾	94	491

⁽¹⁾ Após período de carência (até jan/21).

Debêntures

Data de Emissão/ contratação	Série	Vencimento	Juros		Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
			Indexador	Spread (% a.a.)	Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
mar/13	Única ⁽¹⁾	mar/25	IPCA	6,00%	34	177
set/13	Única ⁽²⁾	set/25	CDI	126,50%	11	59

⁽¹⁾ Emitido pela Distribuidora de Águas de Camaçari

⁽²⁾ Emitido pela Cetrel

Financiamentos Braskem Idesa

Data de Emissão/ contratação	Moeda Operação	Valor Emitido (Moeda da Operação em milhões)	Vencimento	Juros			Amortização principal	Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2020	
				Indexador	Spread (% a.a.)	Pagamento		Valor US\$ milhões	Valor R\$ milhões
jul/13-set/15	US\$	3.193	fev/27-fev/29	PRÉ	4,33% - 6,17%	Trimestral	Trimestral	542	2.818
				LIBOR	2,73% - 4,65%	Trimestral	Trimestral	930	4.835
nov/19	US\$	900	nov/29	PRÉ	7,45%	Semestral	Final	848	4.407

(ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos no item 10.1.f.(i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos:

Identificação	Tipo	Valor nominal	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões		2020
Swap CDI - Dólar	Swap CDI - Dólar	331	jan-2021 a jan-2025	(567)
Swap NCE	Swap NCE	103	mar-2021	(145)
Swap Nafta/Gasolina natural	Derivativo de commodities	19	jan-2021 a fev-2021	(7)
Swap C3/PGP	Derivativo de commodities	48	jan-2021 a dez-2021	(64)
NDF Braskem Argentina	Swap de câmbio	0,07	jan-2021	(0,004)

Identificação	Tipo	Valor nominal	Proteção	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões	(taxa de juros % a.a.)		2020
Swap de taxa de juros ligados à Libor (Braskem Idesa)	Swap Libor	617	1,9825%	ago-2025	(156)

Identificação	Tipo	Valor nominal	Strike Médio	Vencimento	Valor justo, líquido R\$ milhões
		US\$ milhões	(câmbio R\$/US\$)		2020
Opção de compra e venda de dólar	Compra de puts e venda de calls	3.547	4,327 (put) e 5,944 (call)	jan-2021 a dez-2022	(145)

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Exercício Social (31/12/2020) ⁽¹⁾						
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real					
Financiamento	Garantia Real	1.538				1.538
Empréstimo	Quirografária	35.870	269.974	1.163.535		1.469.379
Financiamento	Quirografária	625.400	1.313.825	1.837.072	2.179.885	5.956.182
Títulos de dívida	Quirografária	804.606	2.612.144	3.972.569	27.811.228	35.200.547
Financiamento	Outro Tipo de Garantia ou Privilégio					
Títulos de dívida	Outro Tipo de Garantia ou Privilégio	13.859	15.800	1.460	675	31.794
Total		1.481.273	4.211.743	6.974.636	29.991.788	42.659.440
Descrição Outro Tipo de Garantia ou Privilégio						
Fiança bancária						
Observação						
As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, sem considerar a dívida da controlada Braskem Idesa.						

⁽¹⁾ Não incluem os custos de transação.

Para fins de ordem de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia são cobertas por garantias fidejussórias, à exceção das dívidas contratadas junto ao BNDES, BNB, FINEP e NEXI, que são cobertas por garantias reais e financeiras. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

<i>(R\$ Milhões)</i>	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante e Não Circulante	89.950	63.075,4	53.283
Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas	(2.202)	5.240	6.788
Índice de Endividamento	-40,8	12,0	7,8

(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

As dívidas em que a Companhia figura como emissora ou garantidora não possuem restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns desses contratos de financiamento contêm outras obrigações que restringem, dentre outras, a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos.

As restrições pactuadas não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia ou, quando aplicável, foram devidamente dispensadas pelos credores.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, todos os limites de crédito já contratados pela Companhia haviam sido inteiramente utilizados, à exceção (i) da linha de crédito rotativo (stand by) no valor de US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2023; e (ii) da operação de Euler Hermes, cujo montante total é de US\$ 225 milhões, que continuou sendo desembolsada ao longo de 2020 e totalizou saldo devedor de aproximadamente US\$ 203,7 milhões.

Vale ressaltar que para esta última, os desembolsos são atrelados aos gastos referentes a construção da nova planta de polipropileno nos Estados Unidos e o montante restante está previsto para ser desembolsado ao longo do primeiro semestre de 2021.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração de Resultado (R\$ milhões) CONSOLIDADO	2020 (A)	AV%	2019 (B)	AV%	2018 (C)	AV%	2020 x 2019 (A)/(B)	2019 x 2018 (B)/(C)
Receita líquida de vendas	58.543	100%	52.324	100%	58.000	100%	12%	-10%
Custo dos produtos vendidos	(47.331)	-81%	(45.680)	-87%	(46.553)	-80%	4%	-2%
Lucro bruto	11.212	19%	6.644	13%	11.447	20%	69%	-42%
Despesas com vendas e distribuição	(1.852)	-3%	(1.784)	-3%	(1.689)	-3%	4%	6%
(Redução)/reversão valor recuperável de contas a receber	(55)	0%	(7)	0%	87	0%	686%	n.a.
Despesas gerais e administrativas	(1.919)	-3%	(2.224)	-4%	(1.793)	-3%	-14%	24%
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(251)	0%	(248)	0%	(219)	0%	1%	13%
Resultado de participações societárias	(19)	0%	10	0%	(1)	0%	n.a.	n.a.
Outras receitas (despesas) líquidas	(7.187)	-12%	(2.448)	-5%	472	1%	194%	n.a.
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(71)	0%	(57)	0%	8.304	14%	n.a.	-101%
Resultado financeiro líquido	(9.612)	-16%	(4.746)	-9%	(4.652)	-8%	103%	2%
Despesas financeiras	(4.913)	-8%	(3.872)	-7%	(2.984)	-5%	27%	30%
Receitas financeiras	600	1%	851	2%	589	1%	-29%	44%
Variações cambiais, líquidas	(5.299)	-9%	(1.725)	-3%	(2.257)	-4%	207%	-24%
(Prejuízo) Lucro antes do IR e CSL	(9.683)	-17%	(4.803)	-9%	3.652	6%	102%	-232%
Imposto de renda / contribuição social	2.668	5%	1.906	4%	(745)	-1%	40%	-356%
(Prejuízo) Lucro líquido	(7.015)	-12%	(2.897)	-6%	2.907	5%	142%	-200%
Atribuível a								
Acionistas da Companhia	(6.691)	-11%	(2.798)	-5%	2.866	5%	139%	n.a.
Participação acionista não controlador na Braskem Idesa	(324)	-1%	(99)	0%	41	0%	227%	n.a.

As principais variações nos resultados operacionais dos três últimos exercícios sociais são explicadas no item 10.2 (b) abaixo.

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO (R\$ milhões)	2020 (A)	AV%	2019 (B)	AV%	2018 (C)	AV%	2020 x 2019 (A)/(B)	2019 x 2018 (B)/(C)
Circulante	34.191	40%	23.389	34%	21.384	36%	46%	9%
Caixa e equivalentes de caixa	13.863	16%	6.804	10%	5.548	9%	104%	23%
Aplicações financeiras	3.627	4%	1.688	2%	2.358	4%	115%	-28%
Contas a receber de clientes	4.732	5%	2.286	3%	3.075	5%	107%	-26%
Estoques	8.384	10%	7.625	11%	8.487	14%	10%	-10%
Tributos a recuperar	1.193	1%	1.238	2%	423	1%	-4%	193%
Imposto de renda e contribuição social	1.548	2%	440	1%	774	1%	252%	-43%
Dividendos e juros s/capital próprio	-	0%	3	0%	1	0%	n.a.	200%
Despesas pagas antecipadamente	345	0%	115	0%	240	0%	200%	-52%
Operações com derivativos	34	0%	5	0%	28	0%	580%	-82%
Bloqueio judicial	-	0%	2.572	4%	-	0%	n.a.	n.a.
Outros ativos	465	1%	613	1%	450	1%	-24%	36%
Não circulante	51.892	60%	44.740	66%	37.810	64%	16%	18%
Aplicações financeiras	16	0%	10	0%	10	0%	60%	0%
Contas a receber de clientes	23	0%	21	0%	18	0%	10%	17%
Estoques	18	0%	16	0%	31	0%	13%	-48%
Tributos a recuperar	1.073	1%	2.258	3%	1.369	2%	-52%	65%
Imposto de renda e contribuição social	72	0%	240	0%	242	0%	-70%	-1%
IR e CSL diferidos	8.530	10%	2.663	4%	1.104	2%	220%	141%
Depósitos judiciais	197	0%	1.509	2%	170	0%	-87%	788%
Operações com derivativos	34	0%	18	0%	47	0%	89%	-62%
Outros ativos	226	0%	258	0%	252	0%	-12%	2%
Investimentos	43	0%	64	0%	66	0%	-33%	-3%
Imobilizado	35.929	42%	32.315	47%	31.760	54%	11%	2%
Intangível	2.829	3%	2.762	4%	2.741	5%	2%	1%
Direito de uso de ativos	2.902	3%	2.606	4%	-	0%	11%	n.a.
Total do Ativo	86.083	100%	68.129	100%	59.194	100%	26%	15%

PASSIVO (R\$ milhões)	2020 (A)	AV% 2020/2019	2019 (B)	AV% 2019/2018	2018 (C)	AV% 2018/2017	2020 x 2019 (A)/(B)	2019 x 2018 (B)/(C)
Circulante	28.387	33%	16.217	24%	23.115	39%	75%	-30%
Fornecedores	9.946	12%	9.117	13%	8.341	14%	9%	9%
Financiamentos	1.319	2%	775	1%	737	1%	70%	5%
Financiamentos Braskem Idesa	7.660	9%	744	1%	10.505	18%	930%	-93%
Debêntures	54	0%	47	0%	28	0%	15%	68%
Operações com derivativos	592	1%	49	0%	70	0%	1108%	-30%
Salários e encargos sociais	815	1%	624	1%	645	1%	31%	-3%
Tributos a recolher	953	1%	323	0%	432	1%	195%	-25%
Imposto de renda e contribuição social	284	0%	35	0%	419	1%	711%	-92%
Dividendos	5	0%	7	0%	672	1%	-29%	-99%
Adiantamentos de clientes	287	0%	356	1%	153	0%	-19%	133%
Acordo de leniência	397	0%	363	1%	288	0%	9%	26%
Provisões diversas	362	0%	203	0%	192	0%	78%	6%
Outras obrigações	468	1%	931	1%	633	1%	-50%	47%
Provisão gastos de Alagoas	4.350	5%	1.450	2%	-	0%	200%	n.a.
Outros passivos financeiros	-	0%	517	1%	-	0%	n.a.	n.a.
Arrendamento mercantil	895	1%	676	1%	-	0%	32%	n.a.
Não circulante	61.563	72%	47.967	70%	30.168	51%	28%	59%
Fornecedores	7	0%	4	0%	273	0%	75%	-99%
Financiamentos	40.413	47%	28.242	41%	24.161	41%	43%	17%
Financiamentos Braskem Idesa	4.399	5%	9.237	14%	-	0%	n.a.	n.a.
Debêntures	182	0%	228	0%	267	0%	-20%	-15%
Operações com derivativos	559	1%	170	0%	162	0%	229%	5%
Tributos a recolher	1	0%	129	0%	86	0%	-99%	50%
Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa	3.222	4%	2.396	4%	2.184	4%	34%	10%
Imposto de renda e contribuição social	576	-	-	-	-	0%	n.a.	n.a.
IR e CSL diferidos	1.234	1%	273	0%	325	1%	352%	-16%
Benefícios pós-emprego	472	1%	389	1%	206	0%	21%	89%
Adiantamentos de clientes	382	-	-	-	-	0%	n.a.	n.a.
Contingências	1.151	1%	1.152	2%	965	2%	0%	19%
Acordo de leniência	1.077	1%	1.380	2%	1.155	2%	-22%	19%
Provisões diversas	512	1%	302	0%	233	0%	70%	30%
Provisão gastos de Alagoas	4.826	6%	1.933	3%	-	0%	150%	n.a.
Outras obrigações	237	0%	133	0%	151	0%	78%	-12%
Arrendamento mercantil	2.313	3%	1.999	3%	-	0%	16%	n.a.
Patrimônio líquido	(3.867)	-4%	3.945	6%	5.911	10%	-198%	-33%
Capital social	8.043	9%	8.043	12%	8.043	14%	0%	0%
Reserva de capital	-	0%	232	0%	232	0%	n.a.	0%
Reservas de lucros	-	0%	1.905	3%	4.673	8%	n.a.	-59%
Ágio na aquisição de controlada sob controle comum	(488)	-1%	(488)	-1%	(488)	-1%	0%	0%
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.178)	-6%	(4.757)	-7%	(5.623)	-9%	9%	-15%
Ações em tesouraria	(50)	0%	(50)	0%	(50)	0%	0%	0%
Prejuízos acumulados	(4.530)	-5%	-	0%	-	0%	n.a.	n.a.
Total atribuível ao acionista da Companhia	(2.203)	-3%	4.885	7%	6.787	11%	-145%	-28%
Participação acionista não controlador na Braskem Idesa	(1.664)	-2%	(940)	-1%	(876)	-1%	77%	7%
Total do Passivo e PL	86.083	100%	68.129	100%	59.194	100%	26%	15%

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 34.191 milhões, representando 40% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 23.389 milhões, representando 34% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir (as Notas Explicativas fazem referência às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020):

- impacto em “Caixa e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa de R\$ 6.293 milhões, captações líquidas em financiamentos (captações líquidas de pagamentos) de R\$ 3.410 milhões, variação cambial positiva do caixa das controladas no exterior de R\$ 1.315 milhões e redução pelo investimento em imobilizado e intangível em R\$ 2.722 milhões;
- aumento de “Aplicações financeiras” decorrente principalmente de fundos restritos em apoio ao programa de realocação dos moradores de Alagoas, denominado Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) de R\$ 1.323 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, havia saldo de R\$ 2.572 milhões registrados na rubrica bloqueio judicial, em 2020 ocorreu a liberação desse montante;
- aumento em “Contas a receber de clientes”, devido ao maior volume de vendas no mês de dezembro de 2020 em comparação à dezembro de 2019 no valor de R\$ 2.895 milhões, e ao efeito no câmbio pela valorização do dólar frente ao real em R\$ 1,17 (dez/19 R\$4,03 vs. dez/20 R\$5,20), com impacto de R\$ 550 milhões (Nota explicativa nº 7); e
- impacto em “Imposto de renda e contribuição social” - Em março de 2020, o governo americano aprovou um programa de ajuda e suporte às Empresas Americanas promulgada em resposta aos impactos econômicos da COVID-19 denominado “Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security Act” (“CARES” Act). Este ato permitiu à controlada Braskem América optar pelo benefício fiscal em deduzir 100% da depreciação do custo dos ativos em operação em 2020 (“*bonus depreciation*”), nos cinco anos fiscais precedentes. Com o benefício do *bonus depreciation* a Braskem América apurou restituição de imposto de R\$ 982 milhões.

Ativo Não Circulante

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 51.892 milhões (60% em relação ao ativo total), comparados aos R\$ 44.740 milhões (66% em relação ao ativo total) apresentados no exercício social anterior.

As principais variações no Ativo Não Circulante estão detalhadas a seguir:

- redução em “Tributos a recuperar”, pela monetização de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, com a compensação de outros tributos federais no montante de R\$ 1.786 milhões no exercício de 2020. Não há saldo dessa superveniência no Ativo Não Circulante em 31 de dezembro de 2020 (Nota explicativa nº 10);



- redução em “Depósitos judiciais” no valor de R\$ 1.312 milhões, decorrente da liberação do valor bloqueado por liminar para indenização por danos causados às edificações e aos moradores dos bairros afetados pelo evento geológico de Alagoas (Nota explicativa nº 26.1(i));

- impacto em “IR e CSL Diferidos” decorrentes principalmente das seguintes transações: a Companhia tributa a variação cambial pelo regime de caixa, a valorização do dólar frente ao real (28,9% no exercício), ocasionou aumento dos impostos diferidos ativos de R\$2.686 milhões, e IR/CSL diferido sobre provisão de Alagoas no período de R\$2.219 milhões.
- impacto em “Imobilizado” relacionado, principalmente, às aquisições no montante R\$ 2.696 milhões, efeito positivo de conversão de moeda estrangeira no imobilizado de subsidiárias no exterior de R\$ 3.940 milhões, redução decorrente da depreciação anual de R\$ 3.313 milhões. A rubrica do Imobilizado representa 41% do Ativo Total em 2020 e 47% em 2019;

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 28.387 milhões, representando 33% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 16.217 milhões, representando 24% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- em “Fornecedores” o principal efeito decorre do incremento de R\$576 milhões de compra de nafta da Petrobras;
- aumento em “Financiamentos Braskem Idesa”, decorrente principalmente da transferência de todo o saldo do passivo não circulante do *Project Finance*, no montante de R\$ 6.539 milhões, pelo descumprimento relacionado a parte de obrigações não pecuniárias previstas nos contratos. (Nota explicativa nº 17);
- a “Provisão gastos de Alagoas” teve complemento de R\$ 6.902 milhões em 2020, decorrente de novos fatos, estudos técnicos especializados e acordos com autoridades. Houve redução da provisão por pagamento e reclassificação para o grupo de fornecedores em R\$ 1.182 milhões. A variação do passivo circulante no exercício foi de R\$ 2.899 milhões (a divulgação completa está apresentada na Nota explicativa nº 26).

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 61.563 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 47.969 milhões.

As principais variações no Passivo Não Circulante são explicadas por:

- aumento em “Financiamentos” derivado, principalmente, da valorização do dólar frente ao real, impacto de R\$ 8.022 milhões. Adicionalmente, a Braskem emitiu Bond híbrido (*) em agosto de 2020, com vencimento em janeiro de 2081, o saldo em 2020 é de R\$ 3.242 milhões. (Nota explicativa nº 16);

(*) Conforme metodologia específica aplicada por algumas agências de rating, a dívida é classificada como instrumento de capital híbrido. Dessa forma, 50% do valor da captação não compõe os índices de endividamento calculados com base nesta metodologia.

- redução em “Financiamentos Braskem Idesa”, decorrente da transferência do saldo de longo prazo do *Project Finance* para o passivo circulante, de R\$ 6.539 milhões, devido ao descumprimento de parte das obrigações não pecuniárias previstas nos contratos (Nota explicativa nº 17);
- aumento da “Provisão gastos de Alagoas” foi comentado na variação do passivo circulante. O aumento no passivo não circulante no exercício foi de R\$ 2.893 milhões (a divulgação completa está apresentada na Nota explicativa nº 26).

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o Patrimônio Líquido negativo é de R\$ 3.867 milhões, comparados a R\$ 3.945 milhões (positivo) no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pelo prejuízo apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 7.015 milhões.

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 23.389 milhões, representando 34% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 21.384 milhões, representando 36% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir (as Notas Explicativas fazem referência às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019):

- impacto em “Caixa e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa de R\$ 2.265 milhões, redução pelo investimento em imobilizado e intangível em R\$ 2.683 milhões, captações líquidas em financiamentos (captações líquidas de pagamentos) de R\$ 2.305 milhões e pagamento de dividendos de R\$ 669 milhões;
- redução em “Contas a receber de clientes”, devido a redução nos preços médios, queda nas exportações e pela alienação de títulos para fundos e instituições financeiras no valor de R\$ 2 bilhões (Nota explicativa nº 7);

- redução em “Estoques” decorrente, principalmente, da redução de R\$ 636 milhões em importações em andamento (Nota explicativa nº 8);
- impacto em “Tributos a recuperar”, pelo registro de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$ 2.049 milhões no exercício de 2019. O saldo dessa superveniência registrado no ativo circulante é de R\$ 783 milhões (Nota explicativa nº 10); e
- impacto em “Bloqueio judicial” no valor de R\$ 2.572 milhões, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que havia requerido o bloqueio liminar de aproximadamente R\$ 3.700 milhões para indenização por danos causados às edificações e aos moradores dos bairros afetados pelo evento geológico de Alagoas. Com a homologação do Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco em 3 de janeiro de 2020, firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, houve o desbloqueio desse valor (Nota explicativa nº 26.1(i)).

Ativo Não Circulante

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.740 milhões, comparados aos R\$ 37.810 milhões apresentados no exercício social anterior.

As principais variações no Ativo Não Circulante estão detalhadas a seguir:

- aumento em “Tributos a recuperar”, pelo registro de superveniência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no montante de R\$ 2.049 milhões no exercício de 2019. O saldo dessa superveniência no Ativo Não Circulante é de R\$ 1.568 milhões (Nota explicativa nº 10);
- aumento em “Depósitos judiciais” no valor de R\$ 1.174 milhões, decorrente de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que havia requerido o bloqueio liminar de aproximadamente R\$ 3.700 milhões para reparação de danos aos moradores dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro. Com a homologação do Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco em 3 de janeiro de 2020, firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, houve o desbloqueio desse valor (Nota explicativa nº 26.1(i));
- impacto em “Imobilizado” relacionado, principalmente, pelas aquisições no montante R\$ 2.724 milhões, efeito positivo de conversão de moeda estrangeira no imobilizado de subsidiárias no exterior no valor de R\$ 1.085 milhão, reduzido da depreciação no montante de R\$ 3.062 milhões. A rubrica do Imobilizado representa 48% do Ativo Total em 2019 e 54% do Ativo Total em 2018;



- criação da rubrica “Direito de uso de ativos”, decorrente da adoção do IFRS 16/CPC 6 (R2) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, que determina que os arrendamentos passem a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. O valor desse incremento em 2019 é de R\$ 2.373 milhões (Notas explicativas nºs. 2.3(a) e 14).

O saldo do imobilizado da Companhia representou 48% e 54%, respectivamente, do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em relação ao Ativo Total, o Ativo Não Circulante representava, nos exercícios de 2019 e 2018, 66% e 64%, respectivamente.

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 16.217 milhões, representando 24% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 23.115 milhões, representando 39% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- aumento em “Fornecedores” derivado, principalmente, do incremento de aproximadamente R\$ 900 milhões em compras de nafta importada com prazo de pagamento de 360 dias (Nota explicativa nº 15);
- redução em “Financiamentos Braskem Idesa”, decorrente da transferência para o passivo não circulante das parcelas de longo prazo, devido à obtenção, pela Braskem Idesa, das aprovações para os descumprimentos de obrigações contratuais (Nota explicativa nº 17);
- constituição da “Provisão gastos de Alagoas”, no valor de R\$ 3.383 milhões, sendo R\$ 1.450 milhões no passivo circulante, derivado do evento geológico em quatro bairros da cidade de Maceió, onde estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema, os quais eram operados pela Braskem (explicação em detalhes na Nota explicativa nº 26).

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 47.969 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 30.168 milhões.

As principais variações no Passivo Não Circulante são explicadas por:

- aumento em “Financiamentos” derivado, principalmente, da valorização do dólar frente ao real. A Braskem emitiu novos Bonds em novembro de 2019, com vencimentos em janeiro de 2030 e janeiro de 2050, cujos saldos em 2019 montam R\$ 6.091 milhões e R\$ 3.052 milhões, respectivamente. Essas captações foram utilizadas para liquidação antecipada de outros Bonds (Nota explicativa nº 16);
- aumento em “Financiamentos Braskem Idesa”, decorrente da transferência para o passivo não circulante das parcelas de longo prazo, devido à obtenção, pela Braskem Idesa, das aprovações para o descumprimento de obrigações contratuais. A Braskem Idesa emitiu Bond em dezembro de 2019 com vencimento em novembro de 2029. Os recursos provenientes de tal captação foram utilizados para a liquidação total e pré-pagamento parcial de parcelas da dívida do Project Finance (Nota explicativa nº 17);
- constituição da “Provisão gastos de Alagoas”, no valor de R\$ 3.383 milhões, sendo R\$ 1.933 milhões no passivo não circulante, derivado do evento geológico em quatro bairros da cidade de

Maceió, onde estão localizados ou em área próxima aos poços de extração de sal-gema, os quais eram operados pela Braskem (explicação em detalhes na Nota explicativa nº 26);

- criação da rubrica “Arrendamento mercantil”, decorrente da adoção do IFRS 16/CPC 6 (R2), que determina que os arrendamentos passem a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. O valor desse incremento em 2019 é de R\$ 2.443 milhões, sendo R\$ 1.836 milhões registrados no passivo não circulante (Notas explicativas nºs. 2.3(a) e 14).

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019 o Patrimônio Líquido era de R\$ 3.943 milhões comparados a R\$ 5.911 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pela absorção do prejuízo com reserva de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 2.768 milhões.

10.2 Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações deste item são apresentadas no item 10.2 (b) abaixo.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas no Brasil representavam 55,3% da receita líquida de vendas da Companhia. Portanto, a Companhia é significativamente afetada pela conjuntura econômica do país. O resultado das operações e a situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, pois os produtos da Companhia são usados na fabricação de um amplo leque de produtos de consumo e industriais.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e outros indicadores macroeconômicos relevantes nos períodos apresentados:

	2020	2019	2018
PIB Crescimento/Redução ⁽¹⁾	(4,1)%	1,1%	1.1%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	23,1%	7.3%	7.5%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,5%	4.3%	3.7%
Taxa CDI ⁽⁴⁾	1,9%	4.6%	6.40%
Valorização (desvalorização) do real vs. dólar	28,9%	4.0%	17.1%
Taxa de câmbio do fim do período rate—US\$1.00	R\$5.1967	R\$4.0307	R\$3.8748

Fontes: Fundação Getulio Vargas, Banco Central e Bloomberg

⁽¹⁾ PIB do Brasil de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática—SIDRA.

⁽²⁾ Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado, calculado pela Fundação Getulio Vargas.

⁽³⁾ Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁽⁴⁾ A taxa CDI é a taxa dos Certificados de Depósito Interbancário no Brasil (na última data do período respectivo).

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente e a administração da Companhia acredita ser provável que a flutuação persista. A administração acredita que o crescimento econômico no Brasil poderia afetar de modo positivo no futuro a receita líquida de vendas e resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução da receita líquida de vendas futuras, causando efeito negativo nos resultados operacionais.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida de vendas da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar; (ii) os custos de algumas das matérias-primas, principalmente a nafta, etano, propano, propeno e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) algumas despesas operacionais e investimentos de outra natureza são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) a Companhia tem valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais há preços em dólares no mercado internacional. Em geral, a administração procura fixar preços que levem em conta: (1) o preço dos produtos petroquímicos da Companhia nos mercados internacionais; e (2) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares. Por sua vez, flutuações do real também afetarão o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas atreladas ao dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção dos produtos e a Companhia geralmente procura aumentar os preços de nossos produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no País) o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos. Na medida em que os aumentos de preço não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, o lucro operacional da Companhia diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção dos produtos e geralmente a Companhia diminui os preços de seus produtos em reais o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de seus produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, com frequência há uma defasagem entre a ocasião em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que a Companhia pode efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a seus clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Companhia pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de collar, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a mesma validade. Nesse caso, se o real desvaloriza e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a

política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida consolidada da Companhia em dólares, considerando a dívida da controlada Braskem Idesa, representou 97% do total da dívida em aberto. Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumenta em reais, afetando negativamente o resultado das operações em reais; (ii) o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio e 2013 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte- americanos como *hedge* de exportações futuras.

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas das despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Parte da dívida em reais está indexada de modo a levar em conta os efeitos da inflação. Nesse tipo de dívida, o valor do principal é em geral corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, de forma que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida. Além disso, uma parcela expressiva da dívida em reais é remunerada à TLP ou taxa do CDI, que são parcialmente ajustadas pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 44,7% da receita líquida foi gerada pela venda de produtos fora do Brasil, em comparação a 45,6% em 2019 e 45,2% em 2018. A receita líquida gerada pela venda de produtos fora do Brasil aumentou 9,6% em 2020, que por sua vez diminuiu 9,0% em 2019 ante 2018.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos. Em razão deste crescimento, houve períodos de oferta insuficiente de tais produtos. Períodos de capacidade insuficiente, inclusive alguns devidos a escassez de matérias-primas, normalmente acarretaram aumento das taxas de utilização de capacidade e preços no mercado internacional dos produtos da Companhia, levando a aumento dos preços internos e das margens operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de adições à capacidade, que resultaram na

queda das taxas de utilização da capacidade e dos preços de venda internacionais, levando à diminuição dos preços internos e das margens operacionais.

Acreditamos que essas tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas a escassez e aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos: (i) as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades econômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos; (ii) quando a demanda cai, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica, que é intensiva de capital, em geral leva os produtores a uma concorrência acirrada de preços a fim de maximizar a utilização de capacidade; (iii) aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, por conseguinte, tomam por base necessariamente as estimativas da demanda futura; e (iv) uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no preço, ser um produtor de baixo custo é vital à lucratividade. Isto favorece os produtores com fábricas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar em aumentos significativos de capacidade que podem suplantar o crescimento corrente da demanda.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas

No Brasil, nafta, etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas na produção dos produtos da primeira e segunda geração petroquímica, os quais corresponderam a 35,1%, 0,8% e 0,9%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2020. A Companhia também adquire de terceiros parte do propeno utilizado nas plantas de PP no Brasil, que representou 5,0% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2020. Nos Estados Unidos e Europa, o propeno é principal matéria-prima consumida na produção de PP nestas regiões, e representou 15,9% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2020. No México, o etano é a principal matéria-prima utilizada na produção integrada de PE, o qual correspondeu a 1,7% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2020.

A nafta é adquirida a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (“ARA”), ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado no Brasil, e pela Unidade EUA e Europa a preços baseados na referência do Golfo dos EUA e Europa. A Companhia adquire hidrocarboneto leve de refinaria (HLR) no Brasil a preços referenciados no preço do gás natural importado.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno têm sido e podem se manter voláteis. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos. Inversamente, reduções significativas do preço destas matérias-primas e, conseqüentemente, dos custos de produção, geralmente aumentam as margens brutas e resultados operacionais, podendo acarretar o

aumento dos volumes de vendas, se o custo mais baixo permitir que a Companhia venha a reduzir os preços que pratica. Nos períodos de grande volatilidade dos preços destas matérias-primas, costuma haver uma defasagem entre o aumento ou diminuição destes preços e a ocasião em que a Companhia consegue repassar o aumento ou redução de custos a seus clientes. Esses descasamentos de precificação diminuem quando os preços são menos voláteis.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais dos produtos vendidos

No Brasil, os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos químicos e de resinas termoplásticas em geral são estipulados tomando por referência os preços nos mercados internacionais. Geralmente os preços dos produtos de segunda geração exportados do Brasil são baseados nos preços praticados no mercado à vista internacional. Nos Estados Unidos e na Europa, os preços do PP comercializado nestas regiões são determinados com base na precificação do mercado regional. No México, o preço do PE é definido com base nos preços na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Aumentos significativos dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia cobrar, geralmente aumentam a receita líquida de vendas e resultados operacionais à medida que a Companhia possa manter as margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de seus produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia praticar, geralmente reduzem a receita líquida de vendas e resultados operacionais, se a Companhia não puder aumentar suas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de seus produtos.

Utilização da capacidade

As operações da Companhia são intensivas de capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as nossas instalações de produção.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Eteno Brasil.....	81%	85%	91%
PP EUA e Europa.....	89%	88%	87%
PE México	74%	76%	77%

Em 2020, a utilização média de capacidade foi impactada pela redução temporária da demanda e do movimento de redução de estoques na cadeia produtiva da petroquímica e dos plásticos no segundo trimestre do ano provocada pela pandemia do COVID. Este efeito foi parcialmente compensado pela normalização das operações industriais a partir do terceiro trimestre de 2020.

Em 2019, a utilização média de capacidade foi impactada (i) pela baixa utilização do cracker na Bahia, em virtude da paralização da planta de cloro-soda em Alagoas; (ii) pela parada programada de uma de nossas linhas de produção no cracker da Bahia no 4T19; (iii) pela baixa taxa utilização nos crackers do Rio Grande do Sul, por conta de problemas logísticos e (iv) pela queda na lucratividade marinal da exportação de resinas.

Em 2018, a utilização média de capacidade foi impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em maio de 2018; por conta do incidente envolvendo a planta de cloro-soda em Alagoas; por conta do apagão que afetou as plantas do nordeste em março e por conta da baixa demanda no 4T19.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descreve-se a seguir.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa “Reintegra”, que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu, aumentando assim a demanda brasileira pelos produtos da Companhia. O programa original encerrou-se no final de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o governo federal reestabeleceu de forma permanente o Reintegra e com taxas variáveis, com variação de até 5% das receitas de exportação das companhias, com uma alíquota de restituição de imposto de 0,1%, e em outubro de 2014 o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. Em março de 2015 o governo brasileiro reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016. Em outubro de 2015, de acordo com o Decreto 8.543, o governo federal reduziu a taxa de restituição para 0,1%, válida a partir de 1º de dezembro de 2015, que permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2016. Em 28 de agosto de 2017, conforme o Decreto 9.148, que alterou o Decreto 8.543, a taxa do Reintegra aumentou para 2% com validade a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. Entretanto, em 30 de maio de 2018, o Presidente emitiu um novo Decreto reduzindo a taxa do Reintegra para 0,1% a partir de 1º de junho de 2018 em diante.

Tarifas de Importação em Portos Locais

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram benefícios fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12% para 4% em vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados que não sejam total ou parcialmente fabricados no Brasil. Salvo limitadas exceções, a redução fiscal não se aplica a bens importados que não possuam substitutos fabricados no Brasil. Como resultado, os atuais benefícios fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de redução da alíquota do ICMS tornaram-se menos atraentes.

Preços e taxas

A Companhia fixa os preços de venda do eteno tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Companhia fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Companhia, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, entre eles os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro tem recorrido a tarifas de importação para implantar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos, e podem variar no futuro. Os tributos sobre a importação de produtos petroquímicos de primeira geração, variam entre 0% e 4%, enquanto os tributos sobre as resinas de PE, PP e PVC foram fixadas em 14,0%.

As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela não estão sujeitas a tarifas, devido a diversos acordos comerciais. As importações de PVC em suspensão do México estão sujeitas a tarifas reduzidas de 11,2%, de acordo com um acordo comercial. As

importações e exportações entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela não estão sujeitas a tarifas devido a um acordo de comércio em vigência desde 2005.

As importações de PVC em suspensão dos EUA e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos EUA e do México têm vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e da Coreia do Sul venceram em 2019, mas os mesmos estão mantidos até o final do prazo de revisão, cuja [estimativa é em agosto de 2020].

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de PP dos Estados Unidos. Tais medidas foram renovadas em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de PP da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4%, -9,9%, e 2,4%-6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de PP dos Estados Unidos tem vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul venceram em 2019, mas os mesmos estão mantidos até o final do prazo de revisão, [cuja estimativa é em agosto de 2020.]

Em 2019, cerca de 31% das resinas de PE, PP e PVC consumidas no Brasil foram importadas, o que representou um aumento de 9% no volume de resinas importadas em relação a 2018.

Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

Em 2013, o Poder Público aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração, que atendem a diversos setores da economia. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit comercial da indústria química, segundo a ABIQUIM, que encerrou 2019 em US\$ 31,5 bilhões. Ao final de 2018, a Companhia dispunha de restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas.

Em maio de 2018, o REIQ foi revogado por meio da Medida Provisória nº 836/18 com efeitos partir de 1º de setembro de 2018. Entretanto, em outubro de 2018, a Medida Provisória não foi convertida em legislação definitiva e, dessa forma, a restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas foi mantida.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

Em dezembro de 2020, o endividamento consolidado da Companhia, líquido de custos de transação, era de R\$ 54.027 milhões (US\$ 10.396 milhões), incluindo R\$ 12.059 milhões (US\$ 2.321 milhões), que faz jus ao financiamento do *project finance* no México. Este nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras robustas, refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas despesas consistem em despesas com juros, com variação cambial de dívidas em relação ao dólar e outras moedas, ganhos ou perdas cambiais, entre outros itens. Em dezembro de 2020, registramos um total de R\$ 5.637 milhões, em que R\$ 2.929 milhões estão atrelados a pagamentos de juros sobre dívidas. Também foi registrada perda de R\$ 5.299 milhões relacionados a variação cambial de ativos e passivos financeiros. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

Efeito dos impostos sobre o resultado

Estamos sujeitos a uma gama de tributos federais e estaduais genericamente incidentes em diversas jurisdições sobre nossas operações e resultados. A Companhia está em geral sujeita ao imposto de renda federal brasileiro (combinado com a Contribuições Social sobre o Lucro Líquido – CSLL) à alíquota efetiva de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no País. Foram concedidas à Companhia certas isenções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades de produção nos estados brasileiros da Bahia e Alagoas (SUDENE). Tais isenções foram concedidas por prazos variáveis a cada uma das plantas industriais da Companhia localizadas nos referidos estados.

A Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota de imposto de renda sobre lucros decorrentes da venda: (i) do PE fabricado em uma das plantas de PE do Complexo Petroquímico de Camaçari até 2026; e (ii) do PE fabricado em uma das plantas do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos nas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas até 2024.

Cada uma das isenções confere a Companhia o direito de pagar 15,25% de imposto de renda mais CSLL, devido à uma redução de 75% da alíquota de imposto de renda (de 25% para 6,25%) devido sobre os lucros decorrentes de produtos fabricados nessas plantas.

Os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém a compensação anual está limitada a 30% do lucro líquido ajustado. Este limite também afeta a CSLL.

O montante consolidado inclui o impacto de diferentes taxas de impostos em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha) – 31,18%

- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos) – 21,00%
- Braskem Argentina (Argentina) – 30,00%
- Braskem Petroquímica Chile (Chile) – 27,00%
- Braskem Holanda, Braskem Holanda Finance e Braskem Holanda Inc Netherland (Holanda) – 25,00%
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Sofom (México) – 30,00%

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de: (1) Programa de Integração Social – PIS; (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado; (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados; e (4) ICMS.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

RESULTADO OPERACIONAL

Os Diretores apresentam abaixo a análise dos três últimos exercícios por região onde a Companhia atua:

BRASIL

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem teve queda em 2020. Os preços de todos os principais químicos básicos caíram em 2020, mas em proporção maior (em US\$/tonelada) do que o preço da nafta ARA. Devido a pandemia do COVID, a demanda por químicos básicos foi fortemente afetada, resultando em spreads mais desafiados. No ano de 2019, o spread de químicos foi inferior a 2018 explicado pela entrada em operação de crackers base etano e do bom desempenho operacional das plantas desidrogenadoras de propano, ambos nos Estados Unidos, e do início da operação de novas refinarias na Ásia, combinado ao enfraquecimento da demanda, principalmente do setor automobilístico.

O spread de PE apresentou forte alta em 2020, principalmente em função da queda de 30% no preço da nafta, influenciada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, devido à desaceleração da economia global por causa do COVID, que levou à queda da demanda por petróleo; já o preço do PE nos EUA não acompanhou a queda no preço da matéria-prima e ficou em linha com

2019, principalmente em função da forte demanda, com destaque para o segmento de embalagens e restrições na oferta, como as interrupções causadas por furacões nos EUA. Em 2019, o spread de PE foi inferior a 2018 devido à entrada de novos crackers integrados de PE base shale-gas nos Estados Unidos, combinada a menor demanda face às incertezas quanto a guerra comercial entre Estados Unidos e China, Brexit, pressão regulatória sobre plásticos de uso único, dentre outras, que prejudicaram a confiança dos consumidores e da indústria mundial.

O spread de PP apresentou aumento no ano de 2020, em função da queda no preço de PP ter sido menor do que nafta no ano. Conforme mencionado acima, o preço da nafta seguiu a queda do preço de petróleo no mercado internacional. Já o preço de PP na Ásia caiu em menor proporção, principalmente devido à forte demanda na região. Em 2019, o spread de PP foi inferior a 2018 devido, principalmente, ao enfraquecimento da demanda, principalmente da indústria automobilística, impactada pelo término dos incentivos fiscais para compra de carros na China e pelos novos padrões de emissão de gases do efeito estufa na China e Europa, combinada à entrada em operação das novas capacidades de PP na Ásia.

O spread de PVC registrou alta em 2020, explicado principalmente pelos menores preços da nafta e EDC EUA. O preço de EDC EUA teve a demanda impactada pelo COVID, principalmente no segundo trimestre de 2020. Já o preço do PVC Ásia não acompanhou a queda no preço das matérias-primas e ficou praticamente em linha com 2019, principalmente em função da demanda devido à recuperação da atividade industrial na China. No ano de 2019, o spread de PVC foi inferior a 2018 em função, principalmente, do enfraquecimento da demanda de PVC na Ásia, devido à guerra comercial entre Estados Unidos e China e à política de antidumping da Índia, pela maior demanda por EDC no mercado, inclusive da Braskem.

A demanda de resinas no mercado brasileiro (PE+PP+PVC) foi de 5,7 milhões de toneladas, um aumento de 8% em relação a 2019. Até o primeiro semestre de 2020, a demanda de resinas no mercado brasileiro apresentava queda de 3,5% em relação ao mesmo período de 2019, em função dos impactos do COVID que resultaram em uma redução na demanda e do movimento de redução de estoques na cadeia produtiva da petroquímica e dos plásticos neste período. Porém, a demanda cresceu na comparação de 2020 em relação a 2019, principalmente em função da rápida recuperação da demanda de resinas no segundo semestre de 2020, puxada pelo setor de embalagens, construção civil e higiene & cuidados pessoais. Em 2019, a demanda apresentou expansão de 2% em relação a 2018, devido à redução da taxa básica de juros da economia brasileira e pelo aumento da confiança por empresários e consumidores, o que alavancou, principalmente, os setores de agronegócio, alimentício e o início da recuperação da construção civil.

A taxa de utilização das centrais petroquímicas no Brasil foi de 81% em 2020, 4 p.p. inferior a 2019. Durante o primeiro semestre de 2020, a Companhia reduziu a produção das centrais petroquímicas em função dos impactos do COVID no período. No terceiro trimestre do ano, a Companhia normalizou a produção das centrais petroquímicas, em função da recuperação da demanda, porém, em função

de ajustes operacionais na central petroquímica de São Paulo, a taxa de utilização das centrais petroquímicas no Brasil foi impactada no quarto trimestre de 2020, resultando em uma taxa de utilização média inferior quando comparado com 2019. Em 2019, a taxa de utilização havia sido 85%, 6 p.p. inferior a 2018, em função, principalmente: (i) à redução de carga na central da Bahia como resultado da paralização das fábricas de cloro-soda e dicloreto (EDC) em Alagoas; (ii) à parada programada em uma das linhas de produção da central petroquímica da Bahia no 4T19; (iii) a problemas logísticos com o recebimento de matéria-prima pela central do Rio Grande do Sul; e (iv) à redução de carga das centrais, em função da queda da rentabilidade marginal da exportação de resinas.

As vendas de resinas no mercado brasileiro aumentaram em relação a 2019, totalizando 3,7 milhões de toneladas, em função (i) do aumento na demanda de resinas; (ii) da estratégia do segmento Brasil de priorização ao atendimento do mercado brasileiro; e (iii) movimento de recomposição de estoques da cadeia como consequência do reaquecimento da economia a partir do terceiro trimestre de 2020. Em 2019, as vendas de resinas se mantiveram em linha com 2018.

Com relação aos principais químicos, as vendas totalizaram 2,7 milhões de toneladas, 4% inferior ante 2019, o qual apresentou uma queda de 2% em relação à 2018. Em 2020, as exportações de resinas foram de 1,1 milhão de toneladas e as de principais químicos, 0,5 milhões de toneladas, 24% e 24% inferiores a 2019, respectivamente, devido à estratégia do segmento Brasil de priorização do mercado brasileiro e do deslocamento de produto das exportações para o mercado brasileiro.

No ano, as unidades do Brasil e exportações apresentaram Resultado Operacional Recorrente de US\$ 1.641 milhões (R\$ 8.658 milhões), 73% superior em relação a 2019, que por sua vez havia sido 50% inferior em relação a 2018, totalizando US\$ 948 milhões (R\$ 3.708 milhões).

ESTADOS UNIDOS E EUROPA

O spread de PP nos Estados Unidos encerrou 2020 com leve queda (-2%) na comparação com 2019. Durante os meses de abril e maio, a atividade industrial na região foi fortemente impactada pelas medidas de isolamento social, porém a partir de julho, a atividade industrial na região teve retomada, medida pelo índice dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) que ficou acima de 50, patamar que indica expansão do setor. No lado da oferta, a única adição de capacidade relevante de PP na região foi da Braskem (Delta), com pouco impacto na oferta no período, pois teve o início da produção apenas em setembro. Em 2019, spread de PP aumentou, em função: (i) das altas taxas de utilização das plantas de DHPs; e (ii) maior utilização de líquidos de gás natural (principalmente butano) nos crackers, aumentando a oferta de propeno.

O spread de PP na Europa foi superior em 2020. No ano, a demanda por PP na Europa foi impactada pelo cenário do COVID, principalmente no setor automotivo. Porém, a queda no preço do propeno na Europa foi maior do que a do PP na região, influenciada pela forte queda do preço do petróleo (-36%) e nafta (-30%) no mercado internacional. Em 2019, o spread de PP foi menor devido à

desaceleração econômica na região atrelada ao aumento da oferta de propeno com a normalização das restrições logísticas no transporte fluvial, que afetaram a região no ano anterior.

A demanda de PP nos Estados Unidos foi superior a 2020 devido ao movimento de aumento dos estoques na cadeia produtiva no segundo semestre do ano, que compensou os impactos negativos do COVID no segundo trimestre. Na Europa, a demanda de PP diminuiu em 2020 em função dos impactos negativos do COVID na economia mundial, principalmente no setor automotivo. Em 2019, o mercado norte-americano, apresentou queda devido ao enfraquecimento do setor manufatureiro e automobilístico. Em relação ao mercado europeu, a demanda de PP aumentou em função do seu maior uso no setor de bens de consumo e serviços, com destaque para embalagens, utensílios domésticos, tampas e filmes orientados e na medicina, ainda que o setor automobilístico tenha apresentado queda na região.

Em 2020, a taxa de utilização foi de 89%, 0,5 p.p. superior a 2019. Nos Estado Unidos, a taxa de utilização apresentou leve alta, em função da normalização da operação das unidades industriais na região a partir do terceiro trimestre de 2020, compensando a redução temporária no segundo trimestre de 2020. Na Europa, a taxa de utilização também apresentou leve alta, em função dos problemas operacionais ocorridos em 2019. Em 2019, a taxa de utilização foi de 88%, 1 p.p. superior à 2018, em função do melhor desempenho operacional das plantas nos Estados Unido, que contrabalanceou a queda na taxa de utilização da Europa, como resultado da restrição logística no recebimento de propeno nas plantas devido a problemas operacionais dos fornecedores.

Neste sentido, em 2020 as vendas de PP foram superiores a 2019, totalizando 2,0 milhões de toneladas. Em 2019, as vendas foram em linha com 2018, totalizando 1,9 milhão de toneladas.

No ano, as unidades de Estados Unidos e Europa apresentaram Resultado Operacional Recorrente de US\$ 352 milhões (R\$ 1.834 milhões), 7% inferior em relação a 2019, o qual por sua vez foi 38% inferior em relação a 2018, totalizando US\$ 379 milhões (R\$ 1.489 milhões).

MÉXICO

O spread de PE na América do Norte foi superior em 2020 na comparação com 2019. O preço do PE nos EUA ficou em linha com 2019, principalmente em função da forte demanda, com destaque para o segmento de embalagens e restrições na oferta, como as interrupções causadas por furacões nos EUA. Já o preço do etano caiu 12% devido à maior disponibilidade na região. Em 2019, os spreads foram inferiores a 2018, como resultado da desaceleração do ritmo de crescimento da demanda por PE combinada a entrada em operação das novas capacidades na região, compensada parcialmente por menores preços de etano.

A demanda de PE no México foi de 2,1 milhões de toneladas em 2020, uma redução de 6% com relação a 2019, devido ao fraco desempenho da economia mexicana, que pelo 2º ano consecutivo deve apresentar retração econômica. Em 2019, a demanda apresentou uma redução ante a 2018, totalizando 2,2 milhões de toneladas, devido ao fraco desempenho da economia mexicana, afetada pela redução na produção industrial.

A taxa de utilização das plantas de PE foi de 74%, 2 p.p inferior a 2019. Em 2020, apesar da Braskem Idesa ter iniciado a importação de etano dos EUA (Fast Track), a taxa de utilização das plantas de PE no México foi inferior ao ano anterior, principalmente (i) pelo menor fornecimento de etano pela Pemex e (ii) pela interrupção de forma unilateral no transporte de gás natural por parte da agência do governo mexicano responsável única pelo sistema de dutos e transporte de gás natural na região. Em 2019, a taxa havia sido de 76%, 1 p.p inferior a 2018, em função do menor fornecimento de etano no período.

As vendas de PE em 2020 foram 4% superiores a 2019, totalizando 845 mil toneladas, em função da maior disponibilidade de produto produzido e em estoque para venda. Em 2019, as vendas de PE foram 2% superiores a 2018, totalizando 813 mil toneladas, como resultado da diminuição dos estoques e por maiores revendas de PE produzido no Brasil.

No ano, a unidade do México apresentou Resultado Operacional Recorrente de US\$ 283 milhões, 22% inferior a 2019, o qual por sua vez foi 41% inferior a 2018, US\$ 361 milhões (R\$ 1.427 milhões).

CONSOLIDADO

RECEITA LÍQUIDA

Em 2020, a receita líquida foi de US\$ 11.381 milhões, 14% inferior à 2019, principalmente em função (i) da redução nos preços de PP Ásia, PP Estados Unidos, PP Europa e principais químicos no mercado internacional, (ii) pela redução no volume de vendas de resinas total (mercado doméstico e exportações) do segmento do Brasil e (iii) pelo menor volume de vendas de principais químicos tanto no mercado doméstico quanto nas exportações do segmento do Brasil. Em reais, a receita foi de R\$ 58.543 milhões, 12% superior ao ano anterior.

Em 2019, a receita líquida foi de US\$ 13.285 milhões, 16% inferior à 2018, em função dos menores preços de resinas termoplásticas e produtos químicos no mercado internacional impactados pelo menor crescimento da demanda global combinado a entrada de novas capacidades integradas de polietileno base etano shale gas nos Estados Unidos e de novas refinarias na Ásia. Em reais, a receita foi de R\$ 52.324 milhões, 10% inferior ao ano anterior.

CPV

Em 2020, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 9.254 milhões, uma redução de 20% em relação a 2019, explicado, principalmente, pela queda no preço das principais matérias-primas no mercado internacional. A precificação das principais matérias-primas petroquímicas foi influenciada principalmente pelas quedas nos preços de petróleo e gás natural, que reduziram 36% e 21% respectivamente, refletindo os impactos do COVID na demanda por tais produtos. Em reais, o CPV totalizou R\$ 47.331 milhões, 4% superior a 2019 em função da valorização do real em relação ao dólar.

Em 2019, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 11.598 milhões, uma redução de 9% em relação a 2018 por conta da redução de preço das matérias-primas. Em reais, o CPV totalizou R\$ 45.680 milhões, 2% inferior a 2018 em função da valorização do real em relação ao dólar.

DVGA

Em 2020, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$ 4.077 milhões, 4% inferior em relação a 2019, em função da redução de despesas com serviços de terceiros relacionados ao evento geológico em Alagoas e com monitoria independente. Excluindo as despesas relacionadas ao evento geológico em Alagoas, em 2020, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$ 4.050 milhões, em linha com o ano anterior, que foi no montante de R\$ 3.997 milhões.

Em 2019, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$ 4.262 milhões, 17% superior em relação a 2018, em função: (i) aumento nas despesas com vendas e distribuição dado o maior volume de vendas de resinas no Brasil e no México destinados à exportação, de químicos e de PP nos Estados Unidos e Europa; (ii) consultorias e escritórios de advocacia para apoiar o monitoramento externo relacionado ao Acordo Global com as autoridades; (iii) empresas de auditoria; e (iv) da cooperação com as autoridades para garantia da segurança das pessoas e do meio ambiente no âmbito do fenômeno geológico em Maceió/AL.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) LÍQUIDAS

Em 2020, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma despesa de R\$ 7.188 milhões, ante uma despesa de R\$ 2.448 milhões em 2019. A Companhia registrou em 2020 uma receita de R\$ 751 milhões devido, principalmente, (i) ao efeito do crédito de R\$ 311 milhões de PIS/COFINS; e (ii) a recuperação de tributos, principalmente créditos de INSS no valor de R\$ 219 milhões. No ano, a Companhia registrou uma despesa de R\$ 7.939 milhões. O aumento das despesas em relação a 2019 é explicado, principalmente, pela (i) provisão contábil no montante de R\$ 6.902 milhões, referente a despesas relacionadas ao evento geológico em Alagoas; e (ii) a provisão contábil de aproximadamente R\$ 612 milhões (US\$ 119,1 milhões) referente à baixa do montante a receber pela Braskem Idesa como pagamento por dano (“liquidated damages”) pelo fornecimento de etano em volume inferior ao estabelecido no Contrato de Fornecimento de Etano firmado com a PEMEX no México.

Em 2019, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma despesa de R\$ 2.448 milhões, ante uma receita de R\$ 516 milhões em 2018. O aumento de R\$ 1.343 milhões de outras receitas em relação ao ano anterior é explicado pelo reconhecimento de receita referente aos débitos de PIS e COFINS pagos a maior em períodos anteriores, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e COFINS. Por sua vez, o aumento de outras despesas no valor de R\$ 4.308 milhões ante a 2018 é função: (i) da provisão relacionada ao Programa de Remuneração Financeira e Suporte à Realocação e às ações necessárias para fechar alguns poços de sal; (ii) a provisão do acordo de leniência com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Procuradoria Geral da República (AGU); (iii) provisão para encerramento definitivo da planta de cloro-soda localizada em Camaçari, Bahia; e (iv) de uma maior provisão para remediação de danos ambientais.]

RESULTADO OPERACIONAL RECORRENTE

No ano de 2020, o Resultado Operacional recorrente da Companhia foi de US\$ 2.082 milhões, 38% superior a 2019 explicado, principalmente (i) pelos melhores spreads de resinas no Brasil, de PP na Europa e de PE no México e (ii) pelo aumento no volume de vendas de resinas no Brasil, que no terceiro trimestre de 2020 apresentou recorde trimestral histórico de resinas comercializadas no mercado brasileiro, além do maior volume de vendas nos Estados Unidos e Europa e México. Em reais, o Resultado Operacional recorrente foi de R\$ 10.975 milhões, 85% superior a 2019, dada a depreciação do real frente ao dólar entre os períodos.

No ano de 2019, o Resultado Operacional recorrente da Companhia foi de US\$ 1.514 milhões, 50% inferior a 2018 explicado, principalmente, pelos menores spreads no mercado internacional, resultado do menor crescimento global combinado com entradas de capacidades de PE nos Estados Unidos, PP e novas refinarias na Ásia, compensados parcialmente pelo maior volume de vendas de PP nos Estados Unidos e de PE do México. Em reais, o Resultado Operacional recorrente foi de R\$ 5.936 milhões, 46% inferior a 2018.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro em 2020 foi uma despesa de R\$ 9.612 milhões, um aumento de 103% em relação a 2019.

Em relação às despesas financeiras da Companhia, houve aumento de 27% em relação a 2019, explicado: (i) pelo aumento do saldo de dívida bruta; (ii) pelo impacto da depreciação do real frente ao dólar sobre juros; e (iii) impacto de derivativos ligados as operações de matérias primas.

Adicionalmente, houve uma redução de 29% nas receitas financeiras ante 2019, em função do menor reconhecimento, e a respectiva atualização monetária, de receita referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior em exercícios anteriores.

Em relação à variação cambial líquida, a despesa cambial foi 207% superior a 2019 explicado (i) pela despesa com a transição do *hedge accounting* de exportação que estava registrada no patrimônio líquido, no montante de R\$ 2.194 milhões, excluindo Braskem Idesa; (ii) pela depreciação do real frente ao dólar sobre exposição média no montante de US\$ 3.400 milhões que não está designada para *hedge accounting* e (ii) depreciação do peso mexicano frente ao dólar sobre o saldo devedor do mútuo da Braskem Idesa no montante de US\$ 2.331 milhões.

Em 2019, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 4.746 milhões, 2% superior a 2018. As despesas financeiras apresentaram aumento de 30% em relação a 2018, explicado por maiores despesas relacionadas: (i) aos juros atrelados a aplicação da nova norma IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019; (ii) ao ajuste a valor presente do acordo de leniência em função alteração do índice de correção das parcelas do Ministério Público Federal de IPCA para Selic no montante de R\$ 118 milhões; (iii) ao pagamento de prêmio devido liquidação total antecipada dos bônus com vencimento em 2020 e 2021, e parcial dos bônus com vencimento em 2022 e 2023 (breakfund costs); e (iv) a amortização dos custos de transação associados a liquidação parcial do Project Finance.

LUCRO/PREJUÍZO

Em 2020, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 6.692 milhões em função, principalmente, das provisões referentes ao evento geológico de Alagoas no montante de R\$ 6.902 milhões e do impacto da variação cambial no resultado financeiro dada a depreciação do real frente ao dólar sobre a exposição líquida no montante de US\$ 3.400 milhões. Neste contexto, o valor de R\$ 6.667 milhões correspondente ao valor do prejuízo apurado no exercício, após considerar os efeitos dos valores lançados diretamente na rubrica Lucros (Prejuízos) Acumulados, conforme consta da Demonstração do Patrimônio Líquido das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, será parcialmente absorvido pelas Reservas de Capital e Reservas de Lucros da Companhia, após aprovação em assembleia geral ordinária, passando os saldos de tais Reservas de R\$ 232 milhões e R\$ 1.905 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 0,00 (zero) em ambas, nos termos do artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A.

Em 2019, a Companhia apresentou prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 2.798 milhões, enquanto em 2018 houve lucro líquido de R\$ 2.867 milhões.

GERAÇÃO LIVRE DE CAIXA

A geração livre de caixa no ano de 2020 foi de R\$ 1.276 milhões, 59% inferior a 2019. No ano, a Companhia apresentou geração líquida de caixa positiva principalmente, em função (i) do forte

resultado operacional; (ii) da monetização de créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 1.786 milhões; e (iii) da redução dos investimentos previstos pela Companhia em 23%. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo impacto de capital de giro no fluxo de caixa no primeiro semestre do ano, em função do consumo de caixa devido à mudança no perfil de compra de matéria-prima, com menor volume de compra de nafta importada.

A geração livre de caixa no ano de 2019 foi de R\$ 3.108 milhões, 56% inferior a 2018, em função da queda do Resultado Operacional Recorrente e do pagamento de juros atrelados a liquidação antecipada total/parcial de alguns bônus da Companhia (breakfund costs), compensados parcialmente por: (i) queda no contas a receber, resultado de menores volumes de vendas e de preços dos produtos vendidos; (ii) menores estoques de matérias-primas e de produtos acabados; (iii) maior compra de nafta importada com prazo de pagamento alongado; (iv) monetização de R\$ 281 milhões do saldo de PIS/COFINS (exclusão da base de cálculo do ICMS); (v) recebimento de adiantamento de clientes relacionados à venda futura de produtos químicos no mercado brasileiro e à exportação futura de PE e PP; e (vi) menor pagamento de IR/CSLL no Brasil e nos Estados Unidos.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

As informações relacionadas a este item 10.2(c) encontram-se descritas no item 10.2(a) (ii) desta proposta da administração.

10.3 Eventos com Efeitos Relevantes, Ocorridos e Esperados, nas Demonstrações Financeiras

a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

A Companhia efetuou alterações na macroestrutura com objetivo de buscar sinergias em todas as regiões em que atua para um desempenho operacional mais integrado. Como resultado dessa mudança a Administração revisou a estrutura dos relatórios internos, com foco no processo de crescimento e globalização, tendo como propósito simplificar e agilizar nossos processos de trabalho e de tomada de decisão, com efeito na estrutura de segmentos reportáveis por região. A partir de 2020 a estrutura organizacional da Braskem é formada pelos segmentos: Brasil, Estados Unidos e Europa, México e outros segmentos (Cetrel e outras operações não qualificadas para apresentação nos demais segmentos reportáveis).

b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Em maio de 2020 foi constituída a Braskem India Private Limited com objetivo de busca de novas oportunidades de crescimento e maior proximidade com clientes asiáticos.

Em abril de 2018, a Companhia recebeu o montante de R\$ 81 milhões (corrigidos monetariamente) referente ao saldo remanescente dos R\$ 100 milhões previstos pela venda das controladas Quantiq Distribuidora Ltda e IQAG Armazéns Gerais Ltda. realizada em 2017. A diferença entre o valor previsto atualizado e o montante recebido foi reconhecido no 2º trimestre de 2018 na rubrica “Outras receitas (despesas) líquidas”, no montante de R\$ 20 milhões, conforme ajustes previstos em contrato.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Evento Geológico - Alagoas

A Companhia operou, até maio de 2019, poços de extração de sal-gema localizados na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, com o objetivo de prover matéria-prima à sua unidade de produção de cloro-soda e dicloreto. Após um tremor de terra ocorrido na região em março de 2018, a Companhia iniciou estudos através de instituições especialistas independentes com o objetivo de identificar as causas do fenômeno geológico e medidas a serem tomadas.

Em maio de 2019, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) divulgou relatório sobre o evento, indicando que as suas causas estariam relacionadas às atividades de exploração de sal-gema pela Braskem. Apesar disso, o fenômeno geológico de causa desconhecida continuou sendo investigado e para tal uma série de estudos foram conduzidos. Diante destes acontecimentos, em 9 de maio de 2019, a Braskem decidiu paralisar as atividades de extração de sal-gema e a operação da fábrica de cloro-soda e dicloreto.

A Companhia realizou e vem realizando, com o apoio de instituições independentes e especialistas renomados nacional e internacionalmente, estudos focados (i) no entendimento do fenômeno geológico e possíveis efeitos em superfície e (ii) na análise da situação dos poços de sal-gema. Referidos

estudos vêm sendo compartilhados com a Agência Nacional de Mineração (ANM) e demais autoridades pertinentes, com quem a Companhia mantém constantes diálogos.

A Braskem apresentou à ANM medidas para encerramento das suas frentes de lavra de extração de sal em Maceió, com medidas para o fechamento dos seus poços, e, em 14 de novembro de 2019, propôs a criação de uma área de resguardo no entorno de determinados poços como medida de precaução e proteção à segurança das pessoas. Essas medidas são baseadas em estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG) da Alemanha, referência internacional em análise geomecânica de áreas de extração de sal por dissolução, e estão sendo realizadas em coordenação com a Defesa Civil e demais autoridades.

Em 3 de janeiro de 2020, foi homologado pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas o Termo de Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco (“Termo de Acordo”), firmado pela Braskem em conjunto com o Ministério Público Estadual (“MPE”), Defensoria Pública Estadual (“DPE”), Ministério Público Federal (“MPF”) e Defensoria Pública da União (“DPU”) e, em conjunto com MPE, DPE e MPF, “Autoridades”). O Termo de Acordo dispôs sobre ações cooperativas para a desocupação das áreas de risco e garantia da segurança das pessoas, prevendo o atendimento, pelo Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (“PCF”) implantado pela Braskem, da população situada nas áreas de risco especificadas.

Em junho de 2020, a Companhia recebeu das Autoridades um ofício informando a atualização do Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias por parte da Defesa Civil de Maceió (“Mapa da Defesa Civil”), com a expansão da área a ser desocupada. Em 15 de julho de 2020, a Companhia e as Autoridades firmaram o Primeiro Aditivo ao Termo de Acordo para incorporar essa expansão ao PCF.

Em setembro de 2020, foram concluídos estudos técnicos especializados e independentes contratados pela Companhia e realizados por entidades reconhecidas internacionalmente (“Estudos”). Os Estudos apresentam potenciais impactos do evento geológico na superfície da região, trazendo uma análise de cenários a curto e a longo prazo, que incluem, entre outras, as áreas identificadas pelo Mapa da Defesa Civil de junho de 2020. Os Estudos foram submetidos às Autoridades competentes para definição de possíveis ações a serem adotadas em comum acordo. Em função da atualização do Mapa da Defesa Civil em setembro de 2020, a Companhia e as Autoridades acordaram a inclusão de imóveis adicionais no PCF, por meio da celebração de Termo de Resoluções em outubro de 2020.

Em paralelo, conforme divulgado anteriormente, a Companhia vinha mantendo tratativas com as autoridades competentes em relação à ACP Socioambiental proposta pelo MPF, relacionada ao evento geológico em Alagoas.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia e as Autoridades firmaram:

(i) o Segundo Aditivo ao Termo de Acordo de 3 de janeiro de 2020 (“Acordo para Compensação dos Moradores”) por meio do qual as partes acordaram em incluir no PCF a desocupação de propriedades adicionais definidas tanto pelo Mapa de Setorização da Defesa Civil, atualizado em dezembro de 2020 para considerar, entre outras informações, as áreas com potenciais impactos futuros na superfície, inclusive a longo prazo, quanto pelos Estudos, abarcando a área afetada e com potencial de ser afetada pelo evento geológico com base nesses documentos; e

(ii) foram firmados o "Termo de Acordo para Extinguir a Ação Civil Pública Socioambiental" e o "Termo de Acordo para definição de medidas a serem adotadas quanto aos pedidos liminares da Ação Civil Pública Socioambiental" com o MPF e o MPE, este como interveniente anuente (conjuntamente "Acordo para Reparação Socioambiental"), detalhados na Nota 26.1 (ii). Adicionalmente, o Acordo para Reparação Socioambiental prevê a eventual adesão de outros entes ao acordo, que será objeto de tratativas ao longo dos próximos meses.

Com base em sua avaliação e dos seus assessores externos, levando em consideração os efeitos de curto e longo prazo dos estudos técnicos, as informações existentes e a melhor estimativa dos gastos para implementação das diversas medidas referentes ao evento geológico em Alagoas, a provisão registrada em 31 de dezembro de 2020 é de R\$9.175.777, sendo R\$4.349.931 apresentados no passivo circulante e R\$4.825.846 no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão era de R\$3.383.067, sendo R\$1.450.476 no passivo circulante e R\$1.932.591 no passivo não circulante.

Outras informações e valores envolvidos referente ao fenômeno ora tratado, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2020.

Acordo de Leniência

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, a Companhia contratou especialistas em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações ("Investigação") e reportarem os seus resultados. A Companhia cooperou e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG).

Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("Acordo MPF") e com as autoridades dos Estados Unidos e Suíça ("Acordo Global"), no valor aproximado de US\$957 milhões (aproximadamente R\$3,1 bilhões à época).

Conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018 e fato relevante em 27 de maio de 2019, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União ("CGU") e a Advocacia Geral da União ("AGU"), que culminou com a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades em 31 de maio de 2019 ("Acordo CGU/AGU" e, em conjunto com o Acordo Global, simplesmente "Acordos").

O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de R\$409.877, em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU e a AGU. Conforme homologado pela Justiça Federal, recursos do Acordo MPF foram destinados para pagamento do Acordo CGU/AGU (as parcelas vincendas do Acordo MPF aproveitarão ao Acordo CGU/AGU e passarão a ser corrigidas pela taxa SELIC, a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU).

AGU, CGU e MPF concordaram em destinar a maior parte dos valores recebidos com base nos Acordos para a reparação das vítimas dos atos ilícitos, inclusive outras autoridades e entes públicos, e a empreender gestões perante esses terceiros com os quais a Braskem venha a iniciar tratativas em relação aos fatos objetos dos Acordos com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade.

Adicionalmente, em 2019, a Companhia realizou tratativas com o Ministério Público da Bahia e do Rio Grande do Sul. Ambos aderiram ao Acordo MPF. Nesse contexto, não há previsão de pagamentos adicionais por parte da Companhia.

Em março de 2020, com base no relatório de certificação emitido pelos monitores independentes, o MPF confirmou o fim do monitoramento, a efetividade do programa de conformidade da Companhia e o cumprimento das obrigações do Acordo MPF. Posteriormente, em 13 de maio de 2020, DoJ e SEC confirmaram o término da monitoria prevista nos acordos firmados em 21 de dezembro de 2016 (“Acordos”) com aquelas autoridades. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia na oportunidade, “a decisão do DoJ e da SEC se baseou no relatório final dos monitores independentes que atestaram a implementação, pela Companhia, de todas as recomendações relativas à estruturação e funcionamento do seu programa de conformidade e concluiriam que o referido programa atende aos padrões estabelecidos nos referidos Acordos”.

As informações completas sobre o tema estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 2020.

Inauguração de nova planta nos Estados Unidos

Em setembro de 2020, a Companhia concluiu o processo de comissionamento seguindo os padrões de segurança aplicáveis e iniciou a produção comercial de polipropileno (PP) de sua nova planta nos Estados Unidos. Localizada em La Porte, no estado do Texas, e com capacidade de produção de 450 mil toneladas por ano, a nova planta de PP nos Estados Unidos está em linha com a estratégia da Companhia de diversificação de sua matriz de matéria-prima e de expansão geográfica nas Américas, reforçando a sua posição de liderança na produção de PP na América do Norte.

Operações da Braskem Idesa

Conforme Fato Relevante divulgado em 2 de dezembro de 2020, a controlada Braskem Idesa (“BI”) foi notificada pelo Centro Nacional de Control del Gas Natural (“Cenagas”), agência do governo mexicano responsável única pelo sistema de dutos e transporte de gás natural na região, referente à interrupção, de forma unilateral, do serviço de transporte de gás natural, insumo energético essencial para produção de polietileno no Complexo Petroquímico do México. Com isso, e respeitando os protocolos de segurança, a Braskem Idesa interrompeu de forma imediata as atividades operacionais.

Em 7 de janeiro de 2021, a Companhia comunicou ao mercado a retomada parcial da produção de polietileno pela Braskem Idesa, com base em um modelo de negócio experimental, seguindo os protocolos de segurança e reduzindo o impacto no atendimento da demanda da indústria plástica

mexicana. Adicionalmente, a Braskem Idesa tomou medidas legais nos termos do Contrato de Fornecimento de Etano firmado entre a BI e a PEMEX. Braskem Netherlands B.V., controladora direta da BI, também tomou medidas legais com base em normas internacionais aplicáveis na busca da preservação de direitos e do cumprimento de obrigações legais, e visando a proteção do seu investimento no México. Tais medidas preveem um período de remediação e negociação no qual se buscará uma solução entre as partes.

Conforme Comunicado ao Mercado em 1º de março de 2021, divulgado na Nota 37(e), a Braskem Idesa assinou os seguintes documentos para permitir a continuidade de suas operações:

(i) memorando de entendimentos com termos e condições para discussão de potenciais aditivos ao contrato de fornecimento de etano com a PEMEX Transformación Industrial e a PEMEX Exploración y Producción ("PEMEX"), bem como para desenvolvimento de terminal de importação desta matéria-prima, sujeitos à negociação, documentação definitiva, aprovação dos credores e dos acionistas da BI, e com reservas de direitos; e

(ii) contrato de prestação de serviços de transporte de gás natural com o Centro Nacional de Control del Gas Natural ("CENAGAS"), com prazo final de 15 anos, o qual está condicionado à assinatura da documentação definitiva mencionada no item (i) acima.

Com a assinatura desses documentos pela Braskem Idesa, foi restabelecido o serviço de transporte de gás natural. O atual contrato de fornecimento de etano entre Braskem Idesa e PEMEX segue em vigor. No momento, a Braskem Idesa não consegue prever o resultado de tais discussões com a PEMEX, seus acionistas e credores. A Braskem Idesa avaliou os pressupostos de continuidade operacional e concluiu ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

Ação coletiva (class action)

Em 25 de agosto de 2020, uma ação foi movida contra a Braskem e alguns atuais e ex-executivos da Companhia no Tribunal Distrital de Nova Jersey nos Estados Unidos, em nome de uma suposta classe de investidores que adquiriram títulos da Braskem entre 6 de maio de 2016 e 8 de julho de 2020. A alegação apresenta ações contra a Braskem e os réus individuais nos termos da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1934 (U.S. Securities Exchange Act) e suas regras, com base em alegações de que os réus fizeram declarações falsas ou omissões em relação ao evento geológico em Alagoas e questões relacionadas. Em 15 de janeiro de 2021 a Corte nomeou dois autores para atuarem como autores líderes da ação. A Companhia contratou escritório americano especializado para representá-la na ação coletiva.

A Administração da Braskem, com base na sua avaliação e de seus assessores jurídicos externos, e dada a fase inicial da ação coletiva acima mencionada, não é possível, no momento, estimar com confiabilidade o potencial montante envolvido.

A Braskem não pode prever com segurança futuros desdobramentos a respeito deste tema ou de despesas dele decorrentes, incluindo as taxas e custos a serem incorridos na resolução do litígio. A Companhia pode vir a ser declarada ré em outras ações judiciais.

Principais medidas e impactos decorrentes da COVID-19

A Braskem vem monitorando atentamente os impactos do surto de COVID-19 em seu negócio e nas comunidades onde atua. Conforme divulgado em 20 de março de 2020 em Comunicado ao Mercado, a Braskem criou um comitê de crise com o objetivo de estabelecer procedimentos globais com foco principalmente na saúde e segurança das pessoas e na continuidade das suas operações. Segue atualização das medidas tomadas pela Companhia:

- (i) Definição para todos os integrantes e terceiros do grupo vulnerável à COVID-19 trabalharem de forma remota até a última fase de retorno;
- (ii) Definição para todos os membros da equipe e contratados, não relacionados diretamente à continuidade segura das operações, trabalharem remotamente até que os critérios para início de flexibilização para retorno seguro fossem atingidos;
- (iii) Redução do contingente de integrantes e terceiros trabalhando nos seus ativos industriais, mantendo a operação com equipe mínima necessária, considerando todas as regras de segurança e de manutenção da confiabilidade das operações;
- (iv) Restrição para a visitação de terceiros e fornecedores não rotineiros às dependências da Braskem;
- (v) Construção de agendas com clientes e comunidades onde atua para verificar os produtos do seu portfólio para ajudar no combate da pandemia;
- (vi) Criação, implementação e acompanhamento de indicadores do Plano de Retorno Seguro às plantas e escritórios da Braskem.

Ao longo do segundo trimestre de 2020 as taxas de utilização no Brasil e nos Estados Unidos foram temporariamente reduzidas em razão da menor demanda e do movimento de redução de estoques na cadeia produtiva da petroquímica e dos plásticos. As taxas de operação acompanharam a demanda de mercado e as oportunidades de exportação que surgiram em outras regiões, principalmente com o reinício de atividades na Ásia que ocorreu antes de outras regiões no mundo.

No decorrer do 3º trimestre de 2020, houve forte recuperação da demanda por resinas no Brasil e nos Estados Unidos fazendo com que as taxas de utilização das plantas petroquímicas voltassem à normalidade. No 4º trimestre de 2020, a demanda por resinas permaneceu forte e as taxas de operação no Brasil e nos Estados Unidos se mantiveram em patamares similares ao trimestre anterior.

Na Europa e no México, as taxas de utilização retornaram aos níveis normais no 2º trimestre, conforme retomada gradual da demanda, resultando em 83% e 80% de suas capacidades, respectivamente. Em relação ao 4º trimestre, apesar da recuperação da demanda iniciada no trimestre anterior, a taxa de operação da Europa foi de 64% em função de parada programada.

Durante 2020, a Companhia adotou uma série de medidas para preservação do caixa a fim de manter a sua solidez financeira e a resiliência dos seus negócios, frente ao cenário de incertezas, dentre as quais se destacam:

- Desembolso da linha de crédito compromissada (Revolving Credit Facility) no montante de US\$ 1 bilhão em abril de 2020, com vencimento em 2023. Ao final de julho a Companhia realizou o pré-pagamento integral dessa linha, equivalente a R\$5,5 bilhões;
- Emissão de títulos de dívida no mercado internacional pela subsidiária Braskem Holanda, em julho de 2020, no montante de US\$600 milhões (R\$3,2 bilhões);
- Redução dos custos fixos em aproximadamente 9%, quando comparado com o mesmo período de 2019;
- Redução dos investimentos previstos para 2020 de US\$721 milhões (R\$3,9 bilhões) para US\$555 milhões (R\$2,8 bilhões);
- Postergação das contribuições sociais no Brasil; e
- Otimizações do capital de giro.

A Companhia, ainda, destaca ações realizadas em conjunto com seus clientes e empresas parceiras para a transformação de resinas plásticas e químicos em itens essenciais para o combate ao COVID-19, destacando-se máscaras cirúrgicas, embalagens para álcool líquido e gel, água sanitária e a impressão 3D de hastes para máscaras de proteção; doação de GLP (gás de cozinha) para hospitais de campanha; ações de apoio à cadeia de clientes e fornecedores, em especial a pequenas e médias empresas; e doações de kits de higiene e cestas básicas para as comunidades afetadas no entorno de suas plantas.

Conforme orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Administração da Companhia revisou as estimativas contábeis para realização de ativos, incluindo as estimativas de perdas sobre as contas a receber de clientes, redução ao valor recuperável de estoques, impostos diferidos ativos e demais ativos, ou relacionadas à provisão de obrigações nas demonstrações financeiras por alteração significativa dos riscos a que a Companhia está exposta (vide informações na nota explicativa 20.6.). Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Devido às incertezas decorrentes da pandemia da COVID-19 na economia global, não é possível prever com precisão os impactos adversos na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas após a data de emissão dessas demonstrações financeiras. Com a retomada da demanda por resinas, a Companhia não tem expectativas de provisões adicionais no teste de recuperação dos seus ativos em futuro próximo decorrentes de um cenário de restrição de demanda.

Em 2018, não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

10.4 Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a principal mudança nas práticas contábeis decorre da adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Leases (Arrendamentos):

A Companhia utilizou para sua transição a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Sendo assim, não há reapresentações de informações e saldos em base comparativa.

Após a data da aplicação inicial em 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data à qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento é alocado entre o passivo de arrendamento e o custo financeiro. O custo financeiro do passivo de arrendamento é registrado no resultado durante o prazo executável do contrato, utilizando uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. O direito de uso do ativo é depreciado pelo método linear considerando o período menor entre a vida útil do ativo e o prazo executável do contrato.

Ao determinar o prazo executável do arrendamento a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer a opção de término antecipado.

Na adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento em relação aos contratos anteriormente classificados como “arrendamentos operacionais” de acordo com a IAS 17 / CPC 06 (R1). Até as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2018, os pagamentos destes arrendamentos, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador, eram reconhecidos no resultado durante o período do contrato.

Para os arrendamentos anteriormente classificados como “arrendamentos financeiros” a Companhia reconheceu o ativo e o passivo de arrendamento considerando o valor imediatamente antes da data da aplicação inicial.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a principal mudança nas práticas contábeis da Companhia decorre da metodologia de cálculo da redução no valor recuperável do contas a receber de clientes (*impairment*) de acordo com o CPC48 / IFRS 9, cujo impacto foi uma redução de R\$ 9,4 milhões, líquido de impostos.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não há eventos significativos de alterações em práticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores externos independentes de 2020

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não conteve ressalvas porém conteve as seguintes ênfases:

Investigação em andamento - Braskem Idesa

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11(d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que menciona que a Companhia contratou um escritório de advocacia americano, independente, para a realização de uma investigação interna, em virtude das alegações de supostos pagamentos indevidos relacionados ao projeto Etileno XXI, originalmente divulgadas em notícias veiculadas na mídia no México e que foram incluídas no depoimento apresentado pelo ex-CEO da Pemex ao Gabinete do Procurador Geral do México. A investigação se encontra em andamento e, até o momento, a Companhia não consegue estimar o cronograma para sua conclusão. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ação coletiva

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a proposição de ação judicial contra a Companhia e alguns de seus atuais e ex-executivos no Tribunal Distrital de Nova Jersey nos Estados Unidos, nos termos da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1934 (*U.S. Securities Exchange Act*) e suas regras. O processo está em estágio inicial, sendo que em 15 de janeiro de 2021 a Corte nomeou dois autores para atuarem como autores líderes da ação, tendo a Companhia contratado assessores jurídicos para sua defesa naquele país. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Comentário sobre o relatório dos auditores externos independentes de 2019

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

Comentário sobre o relatório dos auditores externos independentes de 2018

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

10.5 Políticas Contábeis Críticas

Consideram-se políticas contábeis críticas quando estas exigem que a Administração faça estimativas, julgamentos e defina premissas baseadas na experiência histórica que possam afetar os valores reportados nas demonstrações financeiras.

Destacam-se as seguintes políticas críticas que exigem julgamentos subjetivos ou complexos que afetam o resultado:

Aplicação de julgamentos e estimativas críticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos e estimativas críticas são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Os julgamentos e estimativas críticas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os resultados reais podem divergir das estimativas em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições consideradas na mensuração.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a:

- a) Nota Explicativa nº 14.b das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020 – Arrendamento mercantil: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação do prazo do arrendamento;
- b) Vida útil de ativos - A Companhia reconhece a depreciação e amortização de seus ativos tangíveis e dos intangíveis com vida útil estimada referendada pelos técnicos da Companhia com experiência na gestão das plantas da Braskem. As vidas úteis dos ativos são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos,

o nível de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que: (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, apresentam valor de venda próximo ao valor residual dos bens; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem risco significativo de resultar em ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício referem-se a:

a) Imposto de renda (“IR”) e contribuição social sobre o lucro (“CSL”) diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é preparado pela Diretoria e submetidas à aprovação do Conselho de Administração. Esse plano tem como principais variáveis projeções para os preços dos produtos fabricados pela Companhia, os preços das matérias-primas, crescimento do produto interno bruto de cada país onde a Companhia atua, variação cambial, taxa de juros, taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados. Na avaliação do plano, a Companhia utiliza como base seu desempenho histórico, o planejamento estratégico e projeções de mercado preparadas por consultorias externas especializadas, as quais são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração.

As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22(c) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020.

b) Análise e teste de recuperabilidade

(i) Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Anualmente, ou quando houver alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores de que o saldo contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida poderá não ser recuperável. Essa análise é efetuada para verificar se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e a consequente recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial ou tecnológica.

A Companhia considera como pontos relevantes e que são observados nessa análise: (i) possibilidade de excesso de oferta dos produtos fabricados pela Companhia ou de redução significativa da demanda em razão de fatores econômicos adversos; (ii) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos; (iii) possibilidade do surgimento de novas tecnologias ou matérias-primas que possam reduzir significativamente o custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise, à obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; e (iv) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos. Para essa análise, a Companhia conta com equipe própria que tem uma visão estratégica do negócio. Caso as variáveis citadas indiquem riscos significativos para a geração de caixa, a Administração da Braskem faz o teste de recuperabilidade nos moldes descritos na Nota 3.2.2(b) das Demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Ao identificar se as entradas de caixa provenientes de um ativo (ou grupo de ativos) são, em grande parte, independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos (ou grupos de ativos), a entidade considera vários fatores, tais como: linhas de produto, localidades individuais e a maneira como a Administração toma decisões sobre a continuidade das operações da entidade.

(ii) Ativo intangível com vida útil indefinida

Os saldos dos ágio oriundos de combinações de negócios são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Esses testes são fundamentados na projeção de geração de caixa em cada UGC ou grupos de UGCs, extraída do plano de negócios de 5 anos da Companhia, mencionado na Nota 3.2.1, e do plano da Administração para período superior a 5 anos para refletir padrões de ciclo do setor dos produtos, totalizando 10 anos de projeção. Também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”).

Os ágios de rentabilidade futura estão apresentados na Nota Explicativa nº [13 (a) e (b)] das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020. Na referida nota explicativa também estão apresentados os resultados do teste de impairment.

(iii) Perda por redução ao valor recuperável

Perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor /contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c) Provisões e Contingências

Provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de eventos já ocorridos, sendo mais provável ocorrer do que não ocorrer saída de recursos para liquidar a obrigação.

Os passivos contingentes referem-se, principalmente, a discussões nas esferas judicial e administrativa decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, societários, cíveis e tributários.

A Administração da Braskem, baseada em sua avaliação e dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- (i) Perda provável – obrigação presente com maior probabilidade de perda do que de êxito;
- (ii) Perda possível – obrigação presente onde a possibilidade de perda é maior que remota e menor que provável. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e divulga os de maior relevância na nota explicativa 24.2 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020.

As provisões para riscos trabalhistas, societários, cíveis e tributários são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis. Na data de aquisição em operações de combinação de negócios, atendendo ao disposto no CPC 15 e IFRS 3, um passivo contingente é registrado quando representar uma obrigação presente.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

As contingências da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020.

d) Provisão de gastos – Evento geológico em Alagoas

A provisão registrada decorre de ações e medidas relativas ao fenômeno geológico de Alagoas, que consideram, entre seus principais fatores, a tratativa das questões de segurança das pessoas e dos bairros afetados, a recuperação das áreas potencialmente impactadas pelo evento geológico e tratativas com as autoridades competentes conforme Termos de Acordos firmados, divulgados na Nota 26.

Podem resultar em impacto material no valor da provisão, as incertezas relacionadas ao fenômeno geológico de Maceió, entre as quais: ações para fechamento e monitoramento de poços, estudos futuros de especialistas, modificações relacionadas à dinamicidade do evento geológico, estudos e implementação de medidas socioambientais e urbanísticas, implementação do programa de desocupação das áreas de risco e ações judiciais individuais, demandas de concessionárias de serviço público, a eventual adesão do município de Maceió e outros entes ao Acordo para Reparação Socioambiental, conforme detalhamento na Nota 26.

e) Provisão para recuperação de danos ambientais

A provisão para passivos ambientais é estimada com base nos requisitos legais e construtivos atuais, tecnologia, níveis de preços e planos esperados de remediação. Os custos realizados e saídas de caixa podem diferir das estimativas atuais devido a mudanças nas leis e regulamentos, expectativas públicas, preços, novas descobertas nos estudos em execução e análise das condições do local e mudanças nas tecnologias de remediação.

O tempo e o valor das despesas futuras relacionadas com passivos ambientais são revisados anualmente, juntamente com a taxa de juros usada no desconto a valor presente. Os passivos ambientais estão apresentados na Nota 23 (a) das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020.



f) Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

(i) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores de mercadorias e futuros, divulgações do Banco Central do Brasil e serviços de cotações, a exemplo de Bloomberg e Reuters. Deve-se ressaltar que a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil vem causando mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros em períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor justo dos swaps e outros instrumentos financeiros.

Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em bolsa de valores não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Companhia.

As informações sobre os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020.

(ii) Hedge accounting

A Controladora designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a alta probabilidade da realização de exportações previstas em seu plano de negócios, que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da Companhia de refinar seus passivos em dólar, uma vez que faz parte do direcionamento e estratégia da Companhia o financiamento prioritário em dólar e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares.

A controlada Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido junto a instituições financeiras para a construção de seu complexo industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, o dólar norte-americano. A projeção de vendas da Braskem Idesa é revisada periodicamente, com base em seu desempenho histórico, planejamento estratégico e projeções de mercado preparadas por consultorias externas especializadas, as quais são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração.

Todas as operações de *hedge* da Companhia estão de acordo com os procedimentos e práticas contábeis adotadas pela Braskem e, trimestralmente, são realizados testes de efetividade para cada operação, comprovando a efetividade da sua estratégia de *hedge*.

A Companhia determinou que o objeto de *hedge* para a Controladora será caracterizado pelas primeiras exportações realizadas em cada trimestre até atingir o montante designado para o período. Já para a controlada Braskem Idesa, o objeto de *hedge* será caracterizado pelas primeiras vendas em dólar no mercado interno, divulgado nas notas 20.4(a.i) e 20.4(a.ii), respectivamente. Os passivos designados para *hedge* estarão alinhados com a agenda de vencimento do *hedge* e com a estratégia financeira da Companhia.

De acordo com a Política Financeira, a Companhia pode contratar derivativos financeiros (*swaps*, *NDFs*, opções etc.) para se proteger da volatilidade no resultado financeiro decorrente de variações de moedas e taxas. Estes derivativos podem ser designados para *hedge accounting* de acordo com o julgamento da Administração e quando for esperado que a designação proporcione uma melhora relevante na demonstração do efeito compensatório sobre as variações dos itens objeto de *hedge*. Atualmente, a Companhia possui derivativos designados para *hedge accounting* de fluxo de caixa divulgados na Nota 20.3 das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2020.

10.6 Itens Relevantes Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Em alinhamento com a Política Financeira da Companhia, o investimento no complexo petroquímico da Braskem Idesa foi financiado na modalidade de Project Finance, em que a dívida da construção deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa da própria empresa.

Este financiamento conta com garantias usuais de transações na modalidade de Project Finance, tais como ativos, recebíveis, geração de caixa e demais direitos da Braskem Idesa. Adicionalmente, o financiamento contém diversas obrigações contratuais (covenants), usuais em contratos dessa natureza. Adicionalmente, A Braskem Idesa conta com garantias usuais de modalidade de financiamento Project Finance providas pelos acionistas: conta garantia de serviço da dívida (Debt Service Reserve Account) e compromisso de aporte de capital contingente (contingent equity). Ao final de dezembro de 2020, tais garantias representavam US\$ 194 milhões e US\$ 208 milhões, respectivamente.

Na data base relativa às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, há um descumprimento relacionado a parte de obrigações não pecuniárias previstas nos contratos. Neste sentido, foi feita reclassificação para o passivo circulante de todo o saldo do passivo não circulante, no montante de R\$6.538.646, em atendimento ao CPC 26 e seu correspondente IAS 1 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

De acordo com as normas mencionadas acima, a reclassificação deve ocorrer nas situações em que o descumprimento de obrigações contratuais dê ao credor o direito de solicitar à Braskem Idesa o pagamento dos vencimentos no curto prazo. Neste contexto, ressalta-se que nenhum dos credores solicitou o referido pagamento antecipado dos vencimentos e que a Braskem Idesa tem feito pontualmente a liquidação de suas obrigações de serviço de dívida de acordo com a agenda de amortização original.

Adicionalmente, a Braskem Idesa permanece buscando um entendimento com seus credores para a obtenção de aprovações para os referidos descumprimentos de forma a retornar todo o montante reclassificado do passivo circulante para o passivo não circulante.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 Comentários sobre Itens Não Evidenciados nas Demonstrações Financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

10.8 Plano de Negócios

a) Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O plano de negócios da Companhia é construído com base nos seguintes objetivos estratégicos: (i) buscar melhorias contínuas em produtividade e competitividade na operação atual, com foco em eficiência operacional e liderança em custo; (ii) diversificar o perfil de matéria-prima, aumentando a exposição ao gás e mantendo a flexibilidade de ativos; (iii) ampliar o footprint global fora do Brasil, com ganhos de escala em PE e PP, reforçando nossa liderança nas Américas; e (iv) fortalecer a imagem e reputação da Braskem, perante integrantes, sociedade e investidores, através de avanços em conformidade, sustentabilidade, inovação e gestão de pessoas.

Alinhado com estes objetivos, a Companhia desembolsou R\$ 2.799 milhões em investimentos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Investimentos Operacionais 2020:

O investimento realizado foi de R\$ 1.696 milhões, 8% abaixo do previsto, devido à estratégia de otimização de capital da Companhia e cancelamento/postergação de projetos. Em dólares, o desembolso ficou 24% inferior ao estimado, explicado pela depreciação do real ante a expectativa do câmbio para o ano de 2020. Os maiores investimentos operacionais foram realizados nas paradas programadas nos Estados Unidos e Europa.

Investimentos Estratégicos 2020:

O investimento em projetos estratégicos totalizou R\$ 1.103 milhões, 6% abaixo do previsto quando mensurado em reais. Os recursos foram direcionados para os projetos de: (i) construção da nova planta de PP nos Estados Unidos, que somou R\$ 802 milhões (US\$ 162 milhões, representando 72,7% do total investido em projetos estratégicos; (ii) upgrade de infraestrutura elétrica na planta de Neal, nos Estados Unidos; (iii) modernização do sistema elétrico no polo petroquímico do ABC; e (iv) retomada da produção de cloro-soda, em Maceió, através da aquisição de sal marinho.

Investimentos 2021

O investimento previsto para ser realizado ao longo de 2021 pela Braskem é de R\$ 3.904 milhões (US\$ 764 milhões), o qual inclui, principalmente, paradas programadas de manutenção nas plantas do ABC, São Paulo e no Rio Grande do Sul, e projetos estratégicos, como a expansão do negócio de biopolímeros e a expansão da capacidade de produção de resina reciclada. A Braskem Idesa deverá

investir R\$ 175 milhões (US\$ 34 milhões) ao longo de 2021 em projetos relacionados a eficiência operacional, como o projeto de importação de etano, manutenção, produtividade e SSMA.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca atender o seu plano de investimentos, preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições financeiras de fomento), nacionais e internacionais (tais como aquelas descritas no item 10.1(f) desta proposta da administração), uma vez que estes agentes, regra geral, oferecem condições menos onerosas à Companhia. Os investimentos que não são elegíveis para estas fontes de financiamento serão custeados por: (i) fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais da Companhia; ou por (ii) outras fontes como, por exemplo, empréstimos e financiamentos (tais como aqueles descritos em todos os demais subitens do item 10.1(f) desta proposta da administração).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há processo de desinvestimento relevante em andamento. Em linha com os seus pilares estratégicos, a Braskem mantém seu foco no retorno ao capital investido, no fortalecimento da sua liderança e no crescimento em biopolímeros. Nesse contexto, a Companhia avalia, de forma constante, o seu portfólio de ativos de forma a direcionar as suas decisões estratégicas de potenciais desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas e (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em linha com seu compromisso de contínuo desenvolvimento da indústria petroquímica e da cadeia do plástico, a Braskem conta com uma área de Inovação com 292 Integrantes dedicados ao tema. Atualmente, são 2 Centros de Inovação & Tecnologia, um localizado em Triunfo/RS - Brasil e outro em Pittsburgh/PA - Estados Unidos, 1 Núcleo de Pesquisa em Químicos Renováveis em Campinas/SP, 1 Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologias de Processo em Mauá/SP, 2 Núcleos Técnicos focados em polímeros, sendo um em Wesseling na Alemanha e o segundo em Coatzacoalcos no México e 7 plantas-piloto. Em dezembro de 2020, o portfólio contemplava 263 projetos para o desenvolvimento de novos produtos, mercados e processos.

Uma parte relevante do número em pipeline está representada por projetos de longo prazo e maior complexidade tecnológica, divididos em programas para desenvolvimentos de novas tecnologias, a criação de novas famílias de produtos e a conquista de novos mercados.

A importância do programa de inovação na Braskem e de seu pipeline também se reflete no resultado de lançamento de novos produtos de poliolefinas em todas as regiões onde cerca de 17% do volume de vendas consolidadas são de produtos lançados nos últimos cinco anos. Em 2020, 19 novos grades de resinas foram adicionados ao seu portfólio, dentre os quais podemos listar:

- **Embalagens** - em embalagens flexíveis, a resina de polietileno Flexus 9213S proporciona alta performance em selagem e resistência da família Flexus juntamente com possibilidade de alta qualidade de impressão. Também se destaca a resina polipropileno Proxess H33, que oferece excelente processabilidade, propriedades mecânicas e óticas para filmes de polipropileno bi-orientado (BOPP). Em embalagens rígidas, foi lançado o complemento da família RIGEO com a resina HD1954M, que agrega ótimo balanço de resistência química e rigidez em embalagens e frascos soprados;
- **Máscaras descartáveis e não-tecido em geral** - a resina polipropileno PF350GQ para segmento de fibras e não-tecido com ótimo desempenho em máquinas de alta velocidade, com possibilidade de fabricação de fibras mais finas e com melhores propriedades mecânicas;
- **Segmento automotivo** - lançadas 4 novas resinas de polipropileno para uso principalmente em interior e exterior de veículos (F165HC, F350HC, F1000HC2) e para caixas de bateria (DCSP50.02);
- **Infraestrutura** - a resina HF3714XP para produção de geomembranas com excelente processabilidade, capacidade de texturização e atendimento dos requisitos normativos do segmento. Para tubulações, foi lançada a nova resina de polipropileno Inspire 123, para atender os mais exigentes mercados de tubulações para esgotos e drenagens;
- **Farmacêutico** - com a resina de PVC SP750RB para atendimento de requisitos técnicos e regulatórios necessários em aplicações como blisters e frascos para indústria farmacêutica.

Vale ressaltar ainda outras conquistas da área de Inovação & Tecnologia em 2020, como na parte de Propriedade Intelectual, onde foram depositados 26 novos pedidos de patentes e 127 extensões. Atualmente, a Companhia tem 849 documentos ativos, dos quais 351 são patentes concedidas.

Quanto aos ativos dedicados a pesquisa e desenvolvimento, houve investimentos superiores a R\$ 9 milhões no Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) em Triunfo/RS, cerca de R\$ 32 milhões em todo CTI de Pittsburgh (USA) e R\$ 1 milhão no CTI de Wesseling (EU), com o objetivo de automatizar os laboratórios, visando não só o aumento de produtividade, mas também o acesso a novas tecnologias.

Apesar dos impactos da COVID, foi possível apoiar 246 clientes no nosso centro de tecnologia em Triunfo (Brasil), com mais de 12 mil análises, em Pittsburgh (EUA) cerca de 7500 análises foram

realizadas para 57 Clientes e em Wesseling (EU) 56 clientes foram atendidos com mais de 3.500 análises.

Concluiu-se a expansão do CTI em Pittsburgh com a construção de 9 novos laboratórios de Catálise totalizando investimentos da ordem de R\$ 60 milhões (R\$ 22 milhões somente em 2020). Estes novos laboratórios irão apoiar pesquisas com foco tanto nos negócios de químicos e especialidades quanto de poliolefinas e suportarão o desenvolvimento dos projetos de catálise, ciência dos polímeros e ainda darão apoio a equipe de analítica dos Centros Tecnológicos.

Avanço nas pesquisas em Biotecnologia, com foco em provas de conceito de rotas para produção de solventes e plásticos de origem renovável. Também, em decorrência da parceria entre a Braskem e dinamarquesa Haldor-Topsoe, líder mundial em catalisadores, em 2020 foi concretizada a primeira produção em escala DEMO de monoetilenoglicol (bio-MEG) de base biológica, reforçando o compromisso da Braskem em ampliar seu portfólio de produtos renováveis.

Em Manufatura Aditiva, a Braskem lançou um portfólio com produtos na forma de pellets, filamentos e pós exclusivos para a indústria de manufatura aditiva, popularmente conhecida como impressão 3D, mercado em plena expansão em todo o mundo. As soluções da Braskem a partir de polipropileno (PP) se mostraram atraentes e ideais para os processos por Fabricação de Filamentos Fundidos (FFF) e Sinterização Seletiva a Laser (SLS), devido a reciclabilidade, altas taxas de reuso, excelente balanço de resistência ao impacto e estabilidade dimensional no produto acabado, além de permitir a impressão 3D de peças com dobradiça duráveis e mais leves em função da densidade mais baixa do que outros tipos de plásticos. Adicionalmente, avançamos na expansão de capacidades dos laboratórios de impressão 3D em Triunfo/BR e Pittsburgh/EUA para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e apoio aos clientes.

Em 2020, para acelerar o movimento em direção a soluções de economia circular, os esforços em plataformas de reciclagem foram aumentados, para fortalecer nossa reputação como líder em sustentabilidade. Nesse sentido, diversas parcerias foram firmadas no ano passado, como exemplo a parceria com a (i) Universidade de Illinois em Chicago (UIC) para avançar em uma nova rota de produção de eteno, matéria-prima utilizada na fabricação de resinas termoplásticas. Esta rota usará tecnologia de captura e utilização de carbono para remover emissões de CO2 de processos industriais existentes que, de outra forma, seriam liberados na atmosfera; (ii) Encina Development Group (Encina), um fornecedor líder de soluções para a produção de produtos químicos renováveis, para desenvolver um relacionamento de longo prazo que permite a produção de polipropileno reciclado circular (PP); e (iii) Agilyx para explorar o desenvolvimento e construção de um projeto de reciclagem de produtos químicos na América do Norte.

Ademais, em 2020 foram lançados três produtos Eco-Premium: Inspire 6023PN, Inspire 6123EN e Inspire 118. Esses produtos vão reduzir o consumo de energia dos clientes. Além disso, todo o portfólio de Projetos de Inovação e Tecnologia (I&T) foi revisado por meio de um índice de sustentabilidade. O índice cobre os seguintes tópicos: água, energia, segurança química (processo /

produto), emissões de gases de efeito estufa e circularidade. Como resultado da análise dos projetos de I&T, 80% dos projetos de I&T estão apresentando impacto positivo no índice.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos três últimos exercícios sociais, o montante total gasto pela Companhia foi o seguinte:

Exercício social encerrado em			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Gastos com P&D	R\$ 250,7 milhões	R\$ 247,7 milhões	R\$ 199,8 milhões
Investimento em P&D	R\$ 49,5 milhões	R\$ 69,3 milhões	R\$ 44,6 milhões
TOTAL	R\$ 300,2 milhões	R\$ 317,0 milhões	R\$ 244,4 milhões

10.9 Outros Fatores Com Influência Relevante

- (a) Em 6 de janeiro de 2021 foram homologados acordos judiciais para extinção da ACP de Reparação aos moradores (Nota 26.1(i)) e da ACP para Reparação Socioambiental (Nota 26.1(ii)) em relação à Companhia. Conforme previsão constante no Termo de Acordo para extinguir a ACP Socioambiental, foi determinado pelo MPE, em 21 de janeiro de 2021, o arquivamento do Inquérito Civil relacionado a danos urbanísticos (Nota 26.1(iv)), com a consequente instauração de procedimento administrativo para acompanhamento e fiscalização do cumprimento do mencionado Acordo.
- (b) Em fevereiro e março de 2021, foram certificados os trânsitos em julgado de ações da Companhia, originalmente de empresas incorporadas, referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, que representam o valor de R\$1,2 bilhão a ser reconhecido no 1º trimestre de 2021, na rubrica créditos fiscais federais, apresentada na Nota 10.
- (c) Conforme divulgado na Nota 26.1(vi), em fevereiro de 2021 foi ajuizada ação ordinária pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos ("CBTU"), tendo como pedidos o pagamento de indenização por danos materiais e morais, bem como a imposição de obrigação de construção de uma nova linha férrea para substituição do trecho que passava pela área desocupada. A CBTU atribuiu à causa o valor aproximado de R\$ 1,3 bilhão.
- (d) Em função da sua forte posição de caixa e com o objetivo de redução da dívida bruta, a Companhia anunciou em março de 2021, o resgate total dos bonds perpétuos, divulgados na Nota 16(b), ao valor de face no montante de US\$500 milhões.
- (e) Em 1º de março de 2021, a Companhia comunicou ao mercado que a Braskem Idesa assinou documentos com a PEMEX e com o CENAGAS, divulgados na Nota 1, para permitir a continuidade de suas operações. Com a assinatura desses documentos pela Braskem Idesa, foi restabelecido o serviço de transporte de gás natural. O atual contrato de fornecimento de etano entre Braskem Idesa e PEMEX segue em vigor.



ANEXO II
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021

Indicação de candidatos indicados pela Novonor e pela Petrobras para ocupar cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, bem como candidata indicada pela acionista Novonor para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, conforme informações apresentadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia, nos termos do artigo 10, inciso I da IN CVM 481

12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

CANDIDATO PARA COMPOR O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
LAURA MANIERO GADELHO	07/04/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2021	Até AGO 2022	A indicação é para o 1º mandato
327.092.088-14	Advogada	Conselho de Administração (Suplente)	Até 13/05/2021	Sim	-
Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.					-

CANDIDATOS PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL					
Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo indicado	Data de posse	Foi indicado pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões (%)
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
ISMAEL CAMPOS DE ABREU 075.434.415-00 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	14/08/1955 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Sim	A indicação é para o 19º mandato 99%
GILBERTO BRAGA 595.468.247-04 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	08/10/1960 Economista	Conselho Fiscal C.F. (Efetivo) Eleito p/ Controlador	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Sim	A indicação é para o 5º mandato 100%
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JUNIOR 020.822.297-93 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	21/08/1973 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Efetivo) Eleito p/ Ordinarias	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Não	A indicação é para o 1º mandato -
IVAN SILVA DUARTE 611.242.065-15 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	11/10/1973 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Sim	A indicação é para o 6º mandato 0%
AMÓS DA SILVA CANCIO 991.201.867-20 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	30/08/1972 Contador	Conselho Fiscal C.F. (Efetivo) Eleito p/ Ordinarias	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Não	A indicação é para o 2º mandato 100%
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA 099.788.317-03 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	24/02/1983 Economista	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Ordinarias	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Não	A indicação é para o 1º mandato -
TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO 951.929.135-00 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	28/04/1978 Adm. de Empresas	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Controlador	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Sim	A indicação é para o 4º mandato 0%
VIVIANA CARDOSO DE SÁ FARIA 026.921.737-16 Não exerce outros cargos ou funções na Companhia.	03/10/1973 Economista	Conselho Fiscal C.F. (Suplente) Eleito p/ Ordinarias	13/04/2021 Até 13/05/2021	1 ANO Não	A indicação é para o 1º mandato =



Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

LAURA MANIERO GADELHO – 327.092.088-14

A Sra. Laura Maniero Gadelho está sendo indicada como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia pela acionista Novonor S.A. Atualmente, a Sra. Laura Maniero Gadelho é advogada na área corporativa da Novonor S.A., função que exerce desde 2016, tendo atuado anteriormente na Odebrecht Properties (Jan/2013 a Abr/2016) como advogada nas áreas corporativa e negocial, como advogada sênior no departamento de contencioso e arbitragem do Lefosse Advogados e Linklaters, em São Paulo e Nova Iorque (Out/2007 a Jan/2013) e advogada no departamento de contencioso e arbitragem do Dourado Fialdini Penna Tilkian Advogados Associados (Nov/2005 a Out/2007). A Sra. Laura Maniero Gadelho é graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), possui LL.M. (Master os Laws) pela Faculdade de Direito da Columbia University e já participou da Associação de Arbitragem Comercial internacional e da Associação Latino-Americana de Direito Empresarial.

A Sra. Laura Maniero Gadelho não exerce cargo em organização do terceiro setor. A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Laura Maniero Gadelho declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19.

ISMAEL CAMPOS DE ABREU - 075.434.415-00

O Sr. Ismael Campos de Abreu está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. O Sr. Ismael atuou como Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. durante o período de abril de 2011 até maio de 2017. Entre 1995 e março de 2011 atuou como Controller da Novonor S.A., sociedade que indiretamente detém participação superior a 5% de uma mesma espécie ou classe de valores mobiliários da Companhia. Foi Gerente da divisão de tax consulting da PricewaterhouseCoopers (1978/1985) e da Arthur Andersen (1989/1991). Foi sócio da Performance Auditoria e Consultoria Empresarial (1992/1995). Ele foi membro do Conselho de Administração do Hospital Cardio Pulmonar e membro do Conselho Fiscal de diversas empresas que atuam no setor petroquímico. O Sr. Ismael é graduado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú e pós graduado em Engenharia Econômica pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento.



O Sr. Ismael Campos de Abreu não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/99.

GILBERTO BRAGA - 595.468.247-04

O Sr. Gilberto Braga está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. O Sr. Gilberto é consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, comentarista da Rádio CBN, FM 94 do RJ e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio em Administração Financeira e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio. É membro do IBGC.

O Sr. Gilberto Braga não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/99. ; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, exceto pelos processos administrativos sancionadores nº PT1201558576 e PT0901459167 perante o BACEN, que o inabilitaram para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do BACEN por 4 anos. O primeiro foi anulado pela 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro no processo nº 5015869-16.2018.4.02.5101, com decisão já transitada em julgado. O segundo procedimento administrativo também teve sua decisão de inabilitação anulada pela 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro, conforme decisão proferida no Processo 0055707-51.2018.4.02.5101, pendente de julgamento pelo TRF da 2ª Região. O Sr. Gilberto Braga declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.



MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR – 020.822.297-93

O Sr. Marcílio José Ribeiro Júnior está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Marcílio José Ribeiro Jr. é atualmente Contador Sênior na Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, tendo ocupado, previamente, outros cargos na mesma empresa (desde 02/10/2006). Atualmente é Conselheiro Fiscal na METANOR – Metanol do Nordeste S.A. e Conselheiro Fiscal Suplente na IBIRITERMO S/A, tendo atuado, anteriormente, como Conselheiro Fiscal na Stratura Asfaltos S.A. Também trabalhou, anteriormente, na Queiroz Galvão Óleo e Gás S/A, como Controller; na Starfish Oil & Gas S.A., como Gerente Contábil; na Gaspart Gás Participações Ltda. (atual MITSUI Gás do Brasil), como Contador; na ALTM S.A. Tecnologia e Serviços de Manutenção (Grupo Alstom), como Gerente de Contabilidade; no Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A., como Contador; e na Erco Engenharia S.A., como Analista Contábil. Possui Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (fevereiro/1993 – agosto/1997); MBA em Engenharia Econômica e Financeira pela Universidade Federal Fluminense (setembro/2000 – novembro/2001); e LL.M. Direito Corporativo pelo IBMEC (março/2014 – fevereiro/2016).

O Marcilio Jose Ribeiro Jr. não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/99.

IVAN SILVA DUARTE - 611.242.065-15

O Sr. Ivan Silva Duarte está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. O Sr. Ivan é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Novonor S.A. O Sr. Ivan é diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. desde janeiro de 2016, a qual faz parte do mesmo grupo econômico do emissor e detém indiretamente participação superior a 5% do capital social. Anteriormente, o Sr. Ivan atuou como gerente da KPMG – Auditores Independentes de 1995 a 2001, quando então passou a atuar como gerente sênior na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes até 2008. Entre 2008 e 2015 o Sr. Ivan foi diretor da EAO Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A., Companhia pertencente ao Grupo Novonor, que atua nos segmentos Agropecuários e Alimentos e Bebidas. O Sr. Ivan é formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Salvador (UNIFACS), e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Empreendedorismo pela Babson College (Boston/EUA).



O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ivan Silva Duarte declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/19, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

AMÓS DA SILVA CANCIO – 991.201.867-20

O Sr. Amós da Silva Cancio está sendo indicado como membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente de Gestão Contábil e Tributária de Parcerias de E&P na Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente Geral de Contabilidade da Controladora, Subsidiárias e do Consolidado da Petrobras e Gerente de Planejamento e Orientações Contábeis. O Sr. Amós Cancio é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e possui MBA em Engenharia Econômica e Financeira e Mestrado em Engenharia de Produção (ênfase em Estratégia, Gestão e Finanças Corporativas) pela mesma instituição, além de Pós-Graduação em Gestão nos Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e certificação profissional para Contador Público Norte Americano (CPA).

O Sr. Amos da Silva Cancio não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/99.

PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA – 099.788.317-03

O Sr. Pedro Albuquerque Zappa está sendo indicado como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Pedro Albuquerque Zappa é atualmente Gerente Setorial – Economista Sênior na Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tendo ocupado, previamente, outros cargos na mesma empresa (desde 03/07/2006). Atualmente é Vice-Presidente (Directorio) na Petrobras Frade Inversiones (PFISA), Managing Director A da Petrobras Global Trading BV



(PGT), Managing Director A na Petrobras Middle East BV (PEMID) e Conselheiro Fiscal na Petrocoque S.A. Indústria e Comércio – PETROCOQUE, tendo atuado, anteriormente, como Conselheiro Fiscal na Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. e Deten Química S.A. além de Conselheiro Fiscal Suplente na Muricy – Energética Camaçari Muricy I, Guarani S.A., Companhia de Gás do Amapá – GASAP e Suzano Petroquímica. Também trabalhou, anteriormente, no ITAU, como Analista. Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFRJ (2001 – 2005) e Mestrado em Finanças e Economia Empresarial pela FGV-RJ (2008 – 2010), tendo realizado, também, treinamento pelo IBGC (2009).”

O Sr. Pedro Albuquerque Zappa não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente

TATIANA MACEDO COSTA RÊGO TOURINHO - 951.929.135-00

A Sra. Tatiana Macedo Costa Rêgo está sendo indicada como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Novonor S.A. A Sra. Tatiana atualmente é responsável pela controladoria da OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Anteriormente, a Sr. Tatiana atuou como Responsável pelo Planejamento Tributário da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”). No período de 2000 a abril de 2007, a Sra. Tatiana atuou na área fiscal da VIVO S/A do setor de telefonia, tendo ocupado a função de Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Tatiana é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA em Gestão pela IBMEC.

A Sra. Tatiana Macêdo Costa Rêgo não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 617/99.

VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA – 026.921.737-16



A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria está sendo indicada como membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia pela acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria é atualmente Coordenadora-Economista Master na Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tendo ocupado, previamente, outros cargos na mesma empresa (desde 16/01/2007). Atuou como Conselheira Fiscal da Braskem S.A. e da Petrocoque S.A. Indústria e Comércio – PETROCOQUE e como Conselheira Fiscal Suplente da Petrobras Distribuidora S.A. e na Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MS GÁS. Também trabalhou, anteriormente, na Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), como Coordenadora de Assuntos Estratégicos; no Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), como Gerente da Área de Energia; e no Banco Votorantim, como Trainee da Área Comercial (Empresas e Fundos de Pensão). Foi professora na Universidade Candido Mendes (UCAM), ministrando os cursos Micro I e II (Economia) e Project Finance (Direito) (agosto/2000 – dezembro/2003) e no curso de Economia da Regulação do MBP – Pós-Graduação Executiva em Petróleo e Gás Natural (janeiro/2000 – dezembro/2002). Possui graduação em Economia pela UFF - Universidade Federal Fluminense (agosto/1993 – dezembro/1997); Mestrado em Planejamento Estratégico e Ambiental, com ênfase em Economia da Energia, Regulação Econômica e Project Finance pela PPE/COPPE/UFRJ (março/1999 – fevereiro/2003); Pós-Graduação em Gestão Tributária pelo Instituto de Direito: PUC-Rio (março/2009 – junho/2010); e Curso de Extensão “Comparative Tax Policy and Administration” por Harvard Kennedy School (agosto/2014).

A Sra. Viviana Cardoso de Sá e Faria não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Conselheira declara que não é pessoa exposta politicamente.



12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários²⁵, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos candidatos a membros do Conselho Fiscal e que a candidata ao cargo de membro Suplente do Conselho de Administração não ocupam cargos nos comitês da Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre:

Não há relações conjugais, de união estável ou parentesco a serem divulgadas.

(a) Administradores da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

(b) (i) administradores da Companhia; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

(c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

(d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há relações familiares a serem divulgadas.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

2020

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LAURA MANIERO GADELHO Membro Suplente do Conselho de Administração	327.092.088-14	Subordinação	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> NOVONOR S.A. A Sra. Laura é Advogada da Novonor S.A.	05.144.757/0001-72		
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR Membro Efetivo do Conselho Fiscal	020.822.297-93	Subordinação	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Marcílio José Ribeiro é assessor financeiro da área de Finanças da PETROBRAS.	33.000.167/0001-01		
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR Membro Efetivo do Conselho Fiscal	020.822.297-93	Prestação de Serviços	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE O Sr. Marcílio José Ribeiro é membro titular do Conselho Fiscal da METANOR.	16.234.171/0001-15		
IVAN SILVA DUARTE Membro Suplente do Conselho Fiscal	611.242.065-15	Prestação de serviços	Controlador Indireto
<u>Pessoa Relacionada</u> KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. O Sr. Ivan foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial	04.215.837/0001-09		
AMÓS DA SILVA CANCIO Membro Efetivo do Conselho Fiscal	991.201.867-20	Subordinação	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Amós é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras	33.000.167/0001-01		
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA Membro Suplente do Conselho Fiscal	099.788.317-03	Subordinação	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Pedro Albuquerque ocupa cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.	33.000.167/0001-01		
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA Membro Suplente do Conselho Fiscal	099.788.317-03	Prestação de Serviços	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u> PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO O Sr. Pedro Albuquerque foi membro titular do Conselho Fiscal da Petrocoque.	43.218.296/0001-24		
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA Membro Suplente do Conselho Fiscal	026.921.737-16	Subordinação	Fornecedor
	33.000.167/0001-01		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Pessoa Relacionada			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS A Sra. Viviana ocupa cargo de coordenação da área tributária da PETROBRAS.			
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA Membro Suplente do Conselho Fiscal			
Pessoa Relacionada	026.921.737-16	Prestação de Serviços	Fornecedor
PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO A Sra. Viviana é membro titular do Conselho Fiscal da PETROCOQUE.	43.218.296/0001-24		

2019

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LAURA MANIERO GADELHO Membro Suplente do Conselho de Administração	327.092.088-14	Subordinação	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
NOVONOR S.A. A Sra. Laura é Advogada da Novonor S.A.	05.144.757/0001-72		
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR Membro Efetivo do Conselho Fiscal	020.822.297-93	Subordinação	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Marcílio José Ribeiro ocupou cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.	33.000.167/0001-01		
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR Membro Efetivo do Conselho Fiscal	020.822.297-93	Prestação de serviços	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE O Sr. Marcílio José Ribeiro é membro titular do Conselho Fiscal da METANOR.	16.234.171/0001-15		
IVAN SILVA DUARTE Membro Suplente do Conselho Fiscal	611.242.065-15	Prestação de serviços	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada			
KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. O Sr. Ivan foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial	04.215.837/0001-09		
AMÓS DA SILVA CÂNCIO Membro Efetivo do Conselho Fiscal	991.201.867-20	Subordinação	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Amós é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras	33.000.167/0001-01		
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA Membro Suplente do Conselho Fiscal	099.788.317-03	Subordinação	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
	33.000.167/0001-01		

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Pedro Albuquerque ocupa cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.			
PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA Membro Suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada			
PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO O Sr. Pedro Albuquerque foi membro titular do Conselho Fiscal da Petrocoque.	099.788.317-03 43.218.296/0001-24	Subordinação	Fornecedor
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA Membro Suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS A Sra. Viviana ocupa cargo de coordenação da área tributária da PETROBRAS.	026.921.737-16 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA Membro Suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada			
PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO A Sra. Viviana é membro titular do Conselho Fiscal da PETROCOQUE.	026.921.737-16 43.218.296/0001-24	Prestação de serviços	Fornecedor

2018

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
LAURA MANIERO GADELHO Membro Suplente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada			
NOVONOR S.A. A Sra. Laura é Advogada da Novonor S.A.	327.092.088-14 05.144.757/0001-72	Subordinação	Controlador Indireto
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR Membro Efetivo do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada			
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Marcílio José Ribeiro ocupou cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.	020.822.297-93 33.000.167/0001-01	Subordinação	Fornecedor
MARCÍLIO JOSÉ RIBEIRO JÚNIOR Membro Efetivo do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada			
METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE O Sr. Marcílio José Ribeiro é membro titular do Conselho Fiscal da METANOR.	020.822.297-93 16.234.171/0001-15	Prestação de serviços	Fornecedor
IVAN SILVA DUARTE Membro Suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada			
	611.242.065-15	Prestação de serviços	Controlador Indireto

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<p>KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA. O Sr. Ivan foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. 04.215.837/0001-09 em Recuperação Judicial</p>			
<p>AMÓS DA SILVA CANCIO Membro Efetivo do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Amós é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras</p>	<p>991.201.867-20 33.000.167/0001-01</p>	Subordinação	Fornecedor
<p>PEDRO ALBUQUERQUE ZAPPA Membro Suplente do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS O Sr. Pedro Albuquerque ocupa cargo de gerência da área de Finanças da PETROBRAS.</p>	<p>099.788.317-03 33.000.167/0001-01</p>	Subordinação	Fornecedor
<p>VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA Membro Suplente do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS A Sra. Viviana ocupa cargo de coordenação da área tributária da PETROBRAS.</p>	<p>026.921.737-16 33.000.167/0001-01</p>	Subordinação	Fornecedor
<p>VIVIANA CARDOSO DE SÁ E FARIA Membro Suplente do Conselho Fiscal <u>Pessoa Relacionada</u> PETROCOQUE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO A Sra. Viviana é membro titular do Conselho Fiscal da PETROCOQUE.</p>	<p>026.921.737-16 43.218.296/0001-24</p>	Prestação de serviços	Fornecedor

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO III

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021**

Proposta de remuneração dos administradores, nos termos do artigo 12, inciso I da IN CVM 481

1. Proposta de Remuneração dos Administradores para 2021

De acordo com a Política de Remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, a proposta de remuneração global para os administradores da Companhia tem como base o indicado abaixo, sendo que os itens (ii) e (iii) são aplicáveis somente à Diretoria Estatutária:

- (i) Os resultados do estudo de remuneração executiva para o posicionamento dos honorários mensais e demais curvas de remuneração;
- (ii) Os indicadores econômico-financeiros pactuados para o exercício para a definição da partilha de resultados referentes à remuneração variável de curto prazo; e
- (iii) O planejamento previsto para a implementação do Plano de Incentivo de Longo Prazo em relação ao Programa Anual 2021.

O montante proposto anual para o exercício social de 2021 de honorários globais (Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia), acrescido dos benefícios, totalizam R\$ 72.478.883,96 (setenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três, e noventa e seis centavos), líquidos de encargos sociais de ônus do empregador, contra o valor bruto de R\$ 83.039.380,15 (oitenta e três milhões, trinta e nove mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos) aprovado na assembleia geral ordinária e extraordinária do exercício social de 2020 – valor este que corresponde ao montante líquido de encargos sociais de ônus do empregador de R\$ 69.383.327,96 (sessenta e nove milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos).

Nos termos do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 1/2021, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei nº 6.404/76, não integrando os montantes de remuneração global ou individual sujeitos à aprovação pela assembleia geral.

A proposta anual está baseada no alinhamento com a estratégia de remuneração para Conselho de Administração e Diretoria Estatutária com as referências de mercado.

Resumo das principais variações dos valores das propostas em 2021 e em 2020

Diretores 7 diretores estatutários	Conselho de Administração 11 membros do conselho e 11 suplentes
(R\$ em mil)	

Discriminação	2021	2020
Honorários Mensais e de Curto Prazo (ICP)	58.773	56.041
Honorários de Longo Prazo (ILP)	12.600	12.239 ⁶
Benefícios	1.106	1.103
Encargos		13.656
Total (bruto)		83.039
Total (líquido)	72.479	69.383
Conselho Fiscal		
5 membros do conselho e 5 suplentes⁷		
(R\$ em mil)		
Discriminação	2021	2020
Honorários	1.021	977
Encargos		195
Total (bruto)		1.172
Total (líquido)	1.021	977

2. Valores efetivamente realizados em 2020 versus valores propostos em 2020*

Diretores 7 diretores estatutários	Conselho de Administração 11 membros do conselho e 11 suplentes	
(R\$ em mil)		
Discriminação	2020 Proposta	2020 Realizado
Total	83.039	64.218

Conselho Fiscal		
5 membros do conselho e 5 suplentes		
(R\$ em mil)		
Discriminação	2020 Proposta	2020 Realizado
Total	1.172	1.112

(*) Os montantes indicados nesse item 2 (Valores efetivamente realizados em 2020 versus valores propostos em 2020) acima referem-se a valores brutos, com encargos sociais de ônus do empregador.

⁶ Somente os Diretores Estatutários recebem remuneração baseada no ILP da Companhia.

⁷ Os membros suplentes do Conselho Fiscal não recebem remuneração pelo exercício de suas funções.

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO IV

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA BRASKEM S.A.
A SER REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2021**

Proposta de remuneração dos administradores, conforme informações do item 13 do Formulário de Referência, nos termos do artigo 12, inciso II da IN CVM 481

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser encontrado:

A Companhia adota uma estratégia de remuneração competitiva e transparente, que busca atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e remunerar seus administradores com base nas práticas do mercado, de acordo com seus deveres e responsabilidades na efetiva condução dos negócios. A prática da remuneração variável permite fortalecer o alinhamento de interesses dos acionistas com os dos Diretores Estatutários na obtenção e superação de resultados a curto e longo prazo.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros efetivos do Conselho de Administração são remunerados de maneira competitiva e por meio de honorários fixos (mensais a título de pró-labore) baseados em pesquisas anuais de mercado. Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para o exercício do cargo de membro do Conselho de Administração, observada eventual remuneração que eles poderão receber por participação em Comitês, que também é fixa (mensal). Esta prática é avaliada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria estatutária e não estatutária possuem uma estratégia de remuneração competitiva, sendo composta por remuneração mensal, incentivos de curto e longo prazo e por benefícios. Todo posicionamento da remuneração leva em consideração o mercado anual de

referência em todas localidades onde a Braskem tem presença e comparada a empresas com portes similares.

Os benefícios oferecidos pela Companhia a todos os integrantes são os mesmos, tais como: assistência médica e odontológica, vale refeição, seguro de vida e previdência complementar.

A remuneração da Diretoria Estatutária é analisada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal são remunerados por meio de honorários fixos mensais, conforme pesquisa de mercado, atendendo o limite mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para este grupo.

Comitês

Atualmente, a Companhia possui 1 comitê estatutário de caráter permanente, o Comitê de Conformidade, composto por, no mínimo, 3 membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, e 3 Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (todos não estatutários), quais sejam: (i) Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Comitê de Pessoas e Organização; e (iii) Comitê de Estratégia e Comunicação. A Companhia diferencia os honorários mensais dos coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê. Esta estratégia está alinhada a práticas de mercado.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão da administração da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais segue abaixo:

	% em relação à remuneração total – 2020			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	27,0%	70,1%	2,9%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	% em relação à remuneração total – 2019			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	30,1%	67,6%	2,3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

	% em relação à remuneração total – 2018			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária/ Não Estatutária	32,5%	64,5%	3%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A estratégia de remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração é obtida por meio de pesquisas especializadas anuais tendo sua comparação realizada com empresas de porte similar e com boas práticas de governança. A remuneração é posicionada de maneira competitiva para o Conselheiro e composta pelos honorários fixos mensais. Com base na evolução da Governança da Braskem, a estratégia busca remunerar o Conselho de maneira competitiva em relação ao mercado de referência.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que fazem parte de Comitês da Companhia recebem uma remuneração adicional mensal e fixa por atuar e/ou liderar um destes Comitês. A Companhia diferencia os honorários mensais dos Coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê, levando em consideração comparativo de mercado realizado anualmente.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os valores de remuneração total paga pela Companhia aos membros da Diretoria estatutária e não estatutária são comparados anualmente com o mercado por meio de pesquisas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e, eventualmente, avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

Na remuneração mensal, anualmente se avalia a contribuição e desempenho individual de cada membro da Diretoria, seu posicionamento na faixa de remuneração e avalia-se há necessidade de algum ajuste na remuneração mensal.

Na remuneração variável, o incentivo de curto prazo é proposto conforme o desafio de cada membro e avalia-se o desempenho operacional e econômico da Braskem (EBITDA). No incentivo de longo prazo (ILP), o Conselho de Administração avalia e aprova a lista de elegíveis, bem como a quantidade de ações a serem entregues (*matching*) conforme critérios específicos.

A Companhia almeja remunerar seus Diretores no 3º quartil de mercado, reconhecendo e incentivando-os para a obtenção e superação dos resultados a serem obtidos.

A Companhia oferece o mesmo conjunto de benefícios a todos os seus integrantes, incluindo diretores estatutários e não estatutários.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal dos conselheiros efetivos é obtida por meio de pesquisas especializadas anuais, através do comparativo com empresas de porte similar, respeitando o valor mínimo estabelecido pelo

artigo 162, §3º, da Lei das S.A. A estratégia de remuneração busca competitividade para garantir atratividade, buscando posicionar de maneira competitiva quando comparada ao mercado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia.

Entende-se que os membros do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa para que se reflita o reconhecimento dado a sua função supervisora e orientadora dos negócios da Companhia, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

Comitês

A composição da remuneração está alinhada à prática de mercado comparando com empresas de porte similar e as diferenciações de membros e líderes de comitês fez-se necessárias para estar alinhada com as atribuições e responsabilidades.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários da Companhia tem o propósito de atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais, baseando-se no que o mercado pratica com relação à remuneração fixa, variável e pacote de benefícios para cada cargo. A Companhia tem uma prática competitiva em relação à remuneração variável, pois entende que, dessa forma, alinha os interesses dos diretores com os da Companhia, compartilhando o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, visando a obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

Conselho Fiscal

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia, com atendimento ao disposto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A. para a remuneração mínima legal.

(v) membros não remunerados

Membros suplentes do Conselho de Administração não recebem honorários fixos mensais. Porém, se participarem como Membros dos Comitês do Conselho de Administração, são remunerados por isso, conforme descrito no item 13.1.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração mensal fixa do Conselho de Administração é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Este grupo não é elegível à remuneração variável.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

O enquadramento da remuneração mensal de cada Diretor estatutário ou não da Companhia está atrelada à avaliação e classificação do cargo na estrutura salarial e comparativo de mercado, bem como do desempenho individual (meritocracia) e ainda da recomposição salarial conforme estudo da inflação anual.

A remuneração variável de curto prazo é condicionada à avaliação e ao cumprimento de metas individuais vinculadas aos desafios do seu programa de ação do ano e ao desempenho operacional e econômico da Companhia dentro do período em questão, considerando-se o EBITDA.

A remuneração variável de Longo Prazo está atrelada ao cumprimento das condições descritas no item 13.4.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal fixa do Conselho Fiscal é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Este grupo não é elegível à remuneração variável. Vale ressaltar que é respeitado o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

Comitês

A remuneração mensal fixa para os coordenadores e membros dos Comitês é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Este grupo não é elegível à remuneração variável.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração variável de curto prazo está diretamente relacionada à performance individual dos diretores e da Companhia e ao atingimento das metas estabelecidas para um determinado período. Já no longo prazo estão atreladas ao desempenho da ação da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho Fiscal da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

Comitês

Não aplicável, uma vez que os membros dos Comitês da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração está atrelada a fatores e premissas que a tornam mais: (i) equitativa (remunerar proporcionalmente de acordo com as habilidades, capacitação profissional e impacto nos

resultados); (ii) competitiva (adequada aos padrões do mercado); (iii) eficaz (quanto a custos para a Companhia); e (iv) segura (comprometida com a continuidade e crescimento do negócio).

Na medida em que são cumpridas as metas de curto, médio e longo prazo, gera-se mais resultados para a Companhia, valorizando-a. Em contrapartida, esta distribui esses resultados em forma de remuneração variável de curto e longo prazo. Este ciclo faz com que a Companhia cresça e se desenvolva em busca de sua perpetuidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem elementos da remuneração vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

(i) As propostas de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal são baseadas em estudos de mercado, conforme já mencionado, e são submetidas a análise do Comitê de Pessoas e Organização (“CPO”) do Conselho de Administração previamente à submissão para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). Após a aprovação em AGO, o CPO recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da Remuneração dos Administradores, a qual é aprovada posteriormente em Reunião do Conselho de Administração. (ii) A proposta de individualização da Remuneração dos Administradores é realizada conforme já descrito em relação ao comparativo de mercado e posicionamento estratégico dos membros do Conselho de Administração, bem como dos Diretores Estatutários. (iii) A frequência dos estudos para atualização e comparação com o mercado é anual.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11	7	5	23
Nº de membros remunerados**	11	7	5	23
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.847.200,00	12.914.912,08	972.000,00	23.734.112,08
Benefícios diretos e indiretos	N/A	352.202,80	N/A	352.202,80
Participação em comitês	4.656.000,00	N/A	N/A	4.656.000,00
Outros	2.104.851,60	3.000.000,00	48.637,80	5.153.489,40
Descrição de outras remunerações fixas	Verba contingencial.	Verba contingencial.	Verba contingencial.	Verba contingencial.
Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	26.250.000,00	N/A	26.250.000,00
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	753.717,48	N/A	753.717,48
Cessação do cargo	N/A		N/A	
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	12.600.000,00	N/A	12.600.000,00
Observação	N/A	N/A	N/A	-
Total da remuneração (líquida)	16.608.051,60	55.870.832,36	1.020.637,80	73.499.521,76

Remuneração total Do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais ¹				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	10,00	6,83	5,00	21,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.560.000,00	11.954.724,50	927.040,00	21.441.764,50
Benefícios diretos e indiretos	N/A	683.484,13	N/A	683.484,13
Participação em comitês	1.971.334,01	N/A	N/A	1.971.334,01
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				

Bônus	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	N/A	24.220.822,32	N/A	23.620.822,32
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	580.526,85	N/A	580.526,85
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	7.007.992,82	N/A	7.007.992,82
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração líquida (1)	10.531.334,01	44.447.550,62	927.040,00	55.905.924,63

(1) O valor total da remuneração dos exercícios 2018, 2019 e 2020 refletem o montante da remuneração líquida dos encargos sociais de ônus do empregador nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 1/2021.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais ¹				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.907.500,0	12.066.746,97	902.700,00	21.876.946,97
Benefícios diretos e indiretos	N/A	273.508,20	N/A	273.508,20
Participação em comitês	2.459.366,65	N/A	N/A	2.459.366,65
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	15.669.842,36	N/A	15.669.842,36
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A

Pós-emprego	N/A	823.816,84	N/A	823.816,84
Cessação do cargo	N/A	N/A	N/A	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	11.177.962,72	N/A	11.177.962,72
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração (líquida) (1)	11.366.866,65	40.011.877,09	902.700,00	52.281.443,74

(1) O valor total da remuneração dos exercícios 2018, 2019 e 2020 refletem o montante da remuneração líquida dos encargos sociais de ônus do empregador nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 1/2021.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais ²				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	11,00	7,00	5,00	23,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.061.072,40	10.773.526,65	844.000,00	18.678.599,05
Benefícios diretos e indiretos	N/A	250.127,05	N/A	250.127,05
Participação em comitês	3.301.583,33	N/A	N/A	3.301.583,33
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável				
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	18.962.786,00	N/A	18.962.786,00
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	747.253,08	N/A	747.253,08
Cessação do cargo	N/A	0,00	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções (1)	N/A	2.981.223,75	N/A	2.981.223,75
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida) (2)	10.362.655,73	33.714.916,53	844.000,00	44.921.572,26

(1) Relativo ao Programa Anual de ILP 2018, com outorga prevista apenas para 3 anos (2021), conforme item 13.4.

(2) O valor total da remuneração dos exercícios 2018, 2019 e 2020 refletem o montante da remuneração líquida dos encargos sociais de ônus do empregador nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 1/2021.

*Obs.: O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

**Obs.: O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável - Exercício Social a encerrar-se em 31/12/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11	7	5	23
Nº de membros remunerados**	11	7	5	23
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	26.250.000,00 (*)	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	21.000.000,00	N/A	21.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

(*) Pagamentos acima desse valor de referência dependem do julgamento do Conselho de Administração.

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	6,83	0,00	6,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	25.498.521,00	N/A	25.498.521,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	20.398.817,00	N/A	20.398.817,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	23.620.822,32	N/A	23.620.822,32

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	25.404.466,83	N/A	25.404.466,83
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	20.323.573,46	N/A	20.323.573,46
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	15.669.842,36	N/A	15.669.842,36

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros*	11,00	7,00	5,00	23,00
Nº de membros remunerados**	0,00	7,00	0,00	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	24.206.250,00	N/A	24.206.250,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	19.365.000,00	N/A	19.365.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	18.962.786,00	N/A	18.962.786,00

***Obs.:** O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

****Obs.:** O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

⁽¹⁾ Não contempla encargos sociais, somente Participação nos Resultados.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Conselho de Administração

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para os membros do conselho de administração.

Diretoria Estatutária

O Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. O Plano de Outorga de Ações Restritas pode ser encontrado no site da CVM (www.cvm.gov.br).

(a) termos e condições gerais

Poderão ser indicados para participar do Plano de Outorga de Ações Restritas da Braskem S.A. (“Plano”) as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração definirá, dentre tais integrantes, aqueles que poderão participar de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Pessoas Elegíveis” e “Programa”).

As Pessoas Elegíveis deverão manifestar a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis poderão investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado.

A meta do Plano é que se outorgue para cada 01 (uma) Ação Própria 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, poderá o Conselho de Administração definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número será definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano é um importante componente para assegurar a estratégia de remuneração total, garantindo a competitividade com o mercado, e ao mesmo tempo, mantendo o engajamento e comprometimento dos Participantes com a Companhia e com os desafios do ciclo petroquímico.

Neste sentido, a implementação do Plano contribui para assegurar a convergência de interesses entre Integrantes e acionistas para a criação de valor para a Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano é um dos componentes do pacote de remuneração.

Um dos conceitos definidos na prática de remuneração da Companhia é que a remuneração é definida em função da capacidade dos integrantes gerarem e superarem os resultados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração. Neste sentido, o Plano é um importante componente de remuneração variável para complementar e assegurar a estratégia de remuneração total, buscando resultados a longo prazo para a Companhia, na valorização das suas ações, e atua como forte componente na retenção dos Participantes.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A implementação do Plano é uma maneira de assegurar a convergência de interesses entre integrantes e acionistas para a criação de valor a curto, médio e longo prazo para a Companhia. Por meio dele, líder e liderados assumem o compromisso com a obtenção e superação dos resultados planejados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração.

O Período de Carência previsto no Plano, durante o qual as Ações Restritas não são transferidas ao Participante, favorecem a retenção dos Participantes durante esse período.

(f) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que corresponde, nesta data, a 11.958.278 (onze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentas e setenta e oito) ações de um total de 797.218.554 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentas e dezoito mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

(h) condições de aquisição de ações

A Contrapartida será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias.

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga.

Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

(k) forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos Participantes, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos eventualmente incidentes.

(l) restrições à transferência das ações

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela

Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral do Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos do Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento de um Participante (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador, (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador), ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma

no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

Ainda, o Conselho de Administração possui a prerrogativa de estabelecer regras diversas sempre que julgar que os interesses sociais da Companhia serão melhor atendidos pelas medidas acima ou conforme necessário para cumprir com outras leis aplicáveis ou arcar com tributos incidentes.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração. Com relação à Diretoria Estatutária, esta possui um plano de remuneração baseado em ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21/03/2018, cujos respectivos Programas foram aprovados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 28/03/2018, 13/03/2019 e 19/03/2020.

Uma vez que a Companhia não possui plano de opção de compra de ação (mas sim de ações restritas), o dado de preço médio ponderado de exercício não se aplica.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11	7
Nº de membros remunerados	0	6,83
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
(a) Das ações em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não havia e não há, até a presente data, qualquer opção em aberto detida pela Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social. Com relação ao

Conselho de Administração, cumpre esclarecer que inexistia no último exercício social (e inexistiu no exercício social corrente) plano de remuneração baseado em ações para seus membros.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração.

Os Diretores Estatutários da Companhia não recebem Opções, pois não existem planos com esse modelo de outorga. Para o Plano de Ações Restritas, a transferência de custódia de ações preferenciais classe A da Companhia refere-se aos Diretores Estatutários que foram desligados da Companhia nos respectivos exercícios, visto que fizeram jus ao recebimento pro-rata do período trabalhado.

Ações Restritas do exercício social encerrado em 31/12/2018

A – Órgão	Diretores Estatutários	
B - Nº de membros	7	Total
C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)	Outorga 2018	Total
C i - Quantidade	209.333	209.333
D - Ações Restritas ainda não exercíveis	Outorga 2018	Total
D i - Quantidade	209.333	209.333
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Abril/2021
E - Ações Restritas Transferidas	Outorga 2018	Total
E i - Quantidade	0	0
F - Ações Restritas Prescritas	Outorga 2018	Total
F i - Quantidade	0	0

Ações Restritas do exercício social em 31/12/2019

A – Órgão	Diretores Estatutários		
B - Nº de membros	7	7	Total
C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
C i - Quantidade	209.333	157.353	366.686
D - Ações Restritas ainda não exercíveis	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
D i - Quantidade	180.032	141.673	321.705
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Março/2022	Março/2022
E - Ações Restritas Transferidas	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
E i - Quantidade	10.378	874	11.252
F - Ações Restritas Prescritas	Outorga 2018	Outorga 2019	Total
F i - Quantidade	18.923	14.806	33.729

Ações Restritas do exercício social em 31/12/2020

A – Órgão	Diretores Estatutários			
B - Nº de membros	7	7	7	Total
C - Ações Restritas Total do Programa (D+E+F)	Outorga 2018	Outorga 2019	Outorga 2020	Total
C i - Quantidade	209.333	157.353	372.161	738.847
D - Ações Restritas ainda não exercíveis	Outorga 2018	Outorga 2019	Outorga 2020	Total
D i - Quantidade	180.032	141.673	343.686	665.391
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	Abril/2021	Março/2022	Abril/2023	
E - Ações Restritas Transferidas	Outorga 2018	Outorga 2019	Outorga 2020	Total
E i - Quantidade	10.378	874	2.373	13.626
F - Ações Restritas Prescritas	Outorga 2018	Outorga 2019	Outorga 2020	Total
F i - Quantidade	18.923	14.806	26.102	59.831

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 – Informações sobre a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:

Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Em 31/12/2020*		Total
			Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	
Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	722	0	0	722
	Ações Preferenciais – Classe A	0	201.065	1.100	202.165
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0
Controladores diretos e indiretos					
Odbinv S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais	0	0	0	0

*As posições acionárias de Diretores que também ocupam cargos no Conselho de Administração da Companhia foram consideradas apenas na coluna "Diretoria Executiva", em linha com o reporte realizado para fins do art. 11 da Instrução CVM nº 358.

Em 31/12/2019					
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais – Classe A	0	83.518	0	83.518
	Ações Preferenciais – Classe B	0	0	0	0
Controladores diretos e indiretos					
Odbinv S.A.	Ações Ordinárias	0	0	0	0
	Ações Preferenciais	0	0	0	0
Em 31/12/2018					
Sociedade	Categoria	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Emissor					
Braskem S.A.	Ações Ordinárias		0	0	1.000
	Ações Preferenciais – Classe A		11.726	84.242	2.000
	Ações Preferenciais – Classe B		0	0	0
Controladores diretos e indiretos					
Odbinv S.A.	Ações Ordinárias		0	0	0
	Ações Preferenciais		0	0	0

(*) A tabela acima apresenta apenas controladores diretos e indiretos da Companhia nos quais os membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal ora indicados para eleição na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como nossos Diretores Estatutários em exercício, detém participação. Para visualizar o controle acionário direto e indireto da Companhia, favor consultar os itens 15.1 e 15.2 do Formulário de Referência da Companhia disponível no Sistema IPE.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

[Abaixo apresentamos as informações sobre o plano de previdência da Companhia em vigor no último exercício social:]

	Conselho de Administração (Efetivos)	Diretoria Estatutária
Número total de membros	11	7



Número de membros remunerados*	0	7
Nome de plano	N/A	Vexty
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	7
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa à contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	6.061.768,31
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	580.526,85
Possibilidade e condições para resgate antecipado	N/A	Não há possibilidade de resgate antecipado

*Obs.: O número de membros remunerados de cada órgão corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao plano de previdência da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	7	7	7	11	11	11	5	5	5
Nº de membros remunerados	6,83	7	7	10	11	11	5	5	5
Valor da maior remuneração(R\$)	14.542.407,11	15.959.211,68	12.055.684,75	2.100.000,00	2.337.433,33	2.270.000,00	186.000,00	183.600,00	168.800
Valor da menor remuneração(R\$)	5.714.741,63	3.815.050,79	1.768.532,76	660.000,00	686.333,33	660.000,00	183.600,00	183.600,00	168.800
Valor médio da remuneração(R\$)	6.504.519,60	5.715.982,44	4.816.416,65	1.053.133,40	1.033.351,51	942.059,61	185.408,00	180.540,00	168.800,00

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. O item de menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de 2 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. Em 2019, o item menor remuneração foi apurado com a exclusão de 4 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O valor da maior remuneração individual da Diretoria Estatutária contempla evento não recorrente referente a reconhecimento de direito relativo a Programas decorrentes do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. O montante com encargos já reconhecido totaliza R\$ 9.388 mil.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. Em 2018, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses.
Conselho de Administração	
31/12/2020	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. O item de menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de 7 membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
Conselho Fiscal	
31/12/2020	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. No ano de 2020 os valores dos honorários foram atualizados e, com isso, impactando o número apresentando como menor e maior valor.
31/12/2019	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2018	Os montantes informados no quadro acima não consideram encargos sociais. O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção dos direitos relativos ao Programa de Incentivo de Longo Prazo aplicáveis apenas aos diretores e demais integrantes que sejam elegíveis, conforme descrito no item 13.4 do Formulário de Referência.

Os administradores da Companhia são cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), emitida pela Tokio Marine Seguradora, com cobertura válida até 18 de setembro de 2021. A apólice conta com abrangência em todo o território mundial, e o prêmio líquido da apólice vigente foi de USD 5.639 mil.

Nos termos da apólice, os administradores serão indenizados por perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de reclamações de terceiros contra os administradores fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados no exercício de suas funções (contanto que não seja caracterizado dolo ou culpa grave equiparada ao dolo).

Em complemento ao Seguro de D&O descrito acima, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com seus ex-administradores, nos termos da Política de Indenidade de Administradores e Integrantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada conforme determinadas disposições do Parecer de Orientação nº 38 da CVM em 14/02/2019, em 18/03/2019, em 21/10/2019 e em 12/12/2019 (“Política de Indenidade”) que encontra-se disponível nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Para mais informações vide item 12.11 do Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício social encerrado em	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
2020	6,95%	0,00%	0,00%
2019	10,64%	0,00%	0,00%
2018	8,60%	0,00%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, nos últimos três exercícios sociais nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia foi reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, seja a título de exercício de suas funções de administradores, seja qualquer outro título.

13.16 - Outras informações relevantes

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do Conselho de Administração. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2020).

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	4	4
Nº de membros remunerados	3,33	3,33
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	402.000	402.000
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida)	402.000	402.000

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do Conselho de Administração. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2019).

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	4	4
Nº de membros remunerados	4	4
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	443.000	443.000
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A

	Conselho de Administração	Total
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida)	443.000	443.000

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do Conselho de Administração. (Valores já reportados na Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2018)

	Conselho de Administração	Total
Nº total de membros	2	2
Nº de membros remunerados	2	2
Salário ou pró-labore	N/A	N/A
Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A
Participação em comitês	232.000,00	232.000,00
Bônus	N/A	N/A
Participação de resultados	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A
Pós-emprego	N/A	N/A
Cessação do cargo	N/A	N/A
Baseada em ações, incluindo opções	N/A	N/A
Observação	N/A	N/A
Total da remuneração (líquida)	232.000,00	232.000,00



BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO V

RELATÓRIO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA DETALHANDO A ORIGEM E JUSTIFICATIVA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS E ANALISANDO SEUS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS, EM FORMA DE TABELA, NOS TERMOS DO ARTIGO 11, INCISO II DA ICVM 481

Redação Atual	Redação Proposta	Racional da Alteração Proposta
<p>Artigo 1º A BRASKEM S.A., companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.</p> <p>Parágrafo 1º – Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“<u>BM&FBovespa</u>”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da BM&FBovespa (“<u>Regulamento</u>”).</p> <p>Parágrafo 2º - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais,</p>	<p>Artigo 1º A BRASKEM S.A., companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.</p> <p>Parágrafo 1º – Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da <u>BM&FBOVESPA B3</u> S.A. – <u>Brasil, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros</u> (“<u>BM&FBovespa, Balcão</u>” (“<u>B3</u>”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da <u>BM&FBovespa B3</u> (“<u>Regulamento</u>”).</p> <p>Parágrafo 2º - A Companhia, mediante ato de sua</p>	<p>Adequação à nova denominação social da bolsa, qual seja, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.</p>



agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.	Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.	
Artigo 17 Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:	Artigo 17 Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:	Redação inalterada.
(xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiii) abaixo;	(xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiv ii) abaixo;	Ajuste na referência cruzada feita ao artigo 26 tendo a vista a inclusão de novo inciso 'xx' ao dispositivo, o que causou renumeração de todos os incisos subsequentes.
Artigo 26 Compete ao Conselho de Administração:	Artigo 26 Compete ao Conselho de Administração:	Redação inalterada.
N/A	(xx) aprovar a aquisição de matéria-prima, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, em valor anual superior ao valor equivalente em Reais a US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, considerando-se o período de 12 (doze) meses a partir da primeira contratação, observado que as aquisições de matéria-prima com partes relacionadas deverão seguir a regra prevista no item "xviii";	Até outubro de 2018, o Estatuto social estabelecia a competência do Conselho de Administração para decidir sobre contratos com partes relacionadas em determinados valores "excetuados os de fornecimento de matéria prima". Em 16/10/2018, foi aprovada em AGE da Braskem a alteração do artigo 26, inciso "xviii" do seu Estatuto Social para excluir a exceção existente aos contratos de matéria prima. Como consequência, os contratos de matéria prima passaram a não ter um regramento específico no Estatuto Social da Companhia.



		Nesse sentido, propõe-se a inclusão da alínea "xx" ao artigo 26 do Estatuto Social, para a criação de regra específica para regular a competência do Conselho de Administração para a aprovação da aquisição de matérias primas, inclusive com objetivo de facilitar a operação do dia a dia da Braskem que requer agilidade na tomada de decisão para aquisição de matérias-primas em razão de janelas de oportunidade e dinâmicas específicas de negociação.
(xxiv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;	(xxv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, <u>de</u> opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;	Ajuste de redação.
N/A	Artigo 50 <u>Os montantes em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como referência de valores de alçada e deverão ser considerados pelos seus valores equivalentes em Reais, convertidos pela taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando para esse fim a média do mês anterior à operação.</u>	Inclusão de regra para conversão dos valores em dólares, tendo em vista a inclusão do art. 26, inciso (xx), que prevê um limite em dólar para regular a competência do Conselho de Administração para a aprovação da aquisição de matérias primas.

BRASKEM S.A.

C.N.P.J. nº 42.150.391/0001-70

N.I.R.E. 29300006939

Companhia Aberta

ANEXO VI

CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA CONTENDO, EM DESTAQUE, AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 11, INCISO I DA ICVM 481.

BRASKEM S.A.

CNPJ/MF Nº 42.150.391/0001-70

NIRE 29.300.006.939

Companhia Aberta

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

NOME, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Artigo 1º

A **BRASKEM S.A.**, companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo 1º – Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da [BM&FBOVESPA B3](#) S.A. – [Brasil, Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros](#) (“[BM&FBovespa, Balcão \(“B3”\)](#)”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da [BM&FBovespa B3](#) (“[Regulamento](#)”).

Parágrafo 2º - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Artigo 2º

São objetivos da Companhia:

- a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica;
- b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais;
- c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas;
- d) participação em outras sociedades, nos termos da Lei nº. 6.404/76, na qualidade de sócia ou acionista;
- e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo;
- f) o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos e subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados;
- g) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Companhia; e

h) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

Artigo 3º

O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II **CAPITAL E AÇÕES**

Artigo 4º

O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.218.604 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentos e dezoito mil e seiscentos e quatro) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.049.622 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quarenta e nove mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais classe “A”; e 500.330 (quinhentas mil, trezentas e trinta) ações preferenciais classe “B”.

Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social até que este atinja a quantidade total de 1.152.937.970 (um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, novecentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta) em ações, sendo 535.661.731 (quinhentos e trinta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentas e trinta e uma) em ações ordinárias, 616.682.421 (seiscentos e dezesseis milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, quatrocentas e vinte e uma) em ações preferenciais classe “A” e 593.818 (quinhentas e noventa e três mil, oitocentas e dezoito) em ações preferenciais classe “B”, sendo certo que a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito não poderá ultrapassar o limite 2/3 do capital total da Companhia (“Capital Autorizado”).

Parágrafo 2º - Poderá ser modificada a proporção anteriormente verificada entre o número de ações das diversas classes de ações preferenciais da Companhia, sendo dispensada a formalidade prevista no Artigo 136, §1º da Lei nº 6.404/76.

Artigo 5º

As ações preferenciais classe “B” serão sempre integralizadas com recursos previstos na legislação de incentivos fiscais aos empreendimentos do Nordeste.

Parágrafo Único - As ações integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o Artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do Artigo 3º do referido Decreto-Lei.

Artigo 6º

Todas as ações da Companhia são escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, sem emissão de certificados.

Parágrafo 1º - O custo do serviço de transferência de propriedade das ações, que for cobrado pela instituição financeira depositária, poderá vir a ser repassado ao acionista, conforme faculta o parágrafo 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º – A Assembleia Geral poderá autorizar a conversão de ações preferenciais classe “A” em ações ordinárias, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto, fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais classe “B”, uma vez esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial, poderão ser convertidas em ações preferenciais classe “A” a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe “B” para cada uma ação preferencial classe “A”.

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia farão jus ao direito de venda conjunta (tag along) no caso de alienação do controle da Companhia, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s), observado o disposto no Capítulo III deste Estatuto Social.

Artigo 7º

A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

- a) a emissão, a quantidade, preço, tipos ou espécies e classes de ações a serem emitidas pela Companhia serão, conforme o caso, estabelecidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, sendo, nesta última hipótese, sempre observado o Capital Autorizado;
- b) a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em Lei;
- c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, por ocasião de cada chamada de capital;
- d) a integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral;
- e) não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da Lei especial sobre incentivos fiscais (Artigo 172, parágrafo único, da lei nº 6.404/76); também não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer novas ações os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais.
- f) sem prejuízo do disposto no parágrafo único abaixo, no exercício do direito de preferência à subscrição de novas ações e/ou dos demais valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica assegurado aos acionistas o prazo de 30 (trinta) dias para efetuarem a subscrição, contado este prazo da data da publicação do respectivo aviso aos acionistas;
- g) poderão ser emitidos bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração no limite do Capital Autorizado.

Parágrafo Único - Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral, conforme o caso, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o respectivo prazo, em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.

Artigo 8º

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º

As ações preferenciais não terão direito a voto, gozando, porém, dos seguintes privilégios:

- a) as ações preferenciais classes “A” e “B” terão igual prioridade na distribuição, em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário, como definido na alínea “g” adiante, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. Esse dividendo deverá ser pago, salvo deliberação da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração, na hipótese de distribuição de dividendos intermediários (Art. 44, parágrafo 4º), no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social;
- b) as ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais referido na alínea “a” deste artigo;
- c) depois de cumprido o disposto na alínea “a” deste artigo e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, conforme definido na alínea “g” adiante, as ações preferenciais classe “A” concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe “B” não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido na alínea “a” deste artigo;
- d) somente as ações ordinárias e preferenciais classe “A” participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social;
- e) às ações preferenciais classes “A” e “B” é assegurada a prioridade no reembolso do capital;
- f) a integralização das ações subscritas pelo FINOR efetivar-se-á mediante depósito da quantia correspondente em conta vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., em nome da Companhia, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação da publicação, no Diário Oficial, da Certidão de arquivamento da Junta Comercial, referente ao arquivamento da Ata de Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a subscrição;
- g) o valor unitário das ações será obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação.

Parágrafo Único - As ações preferenciais sem direito a voto com dividendos fixos ou mínimos, quando emitidas, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou

mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do § 1º, do art. 111, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III **DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA.**

Artigo 10

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) desde já obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

Artigo 11

Para os fins do previsto no artigo 10 acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, que retire do alienante a condição de controlador da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não (a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

Parágrafo Único – Não obstante o disposto no artigo 11 acima, não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

Artigo 12

O direito de venda conjunta previsto neste Capítulo III não se aplicará caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

CAPÍTULO IV **ÓRGÃOS PERMANENTES DA SOCIEDADE**

Artigo 13

São Órgãos permanentes da Companhia:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho de Administração;
- c) a Diretoria;

d) o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V **ASSEMBLEIA GERAL**

Artigo 14

A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos quatro primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social; e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei.

Artigo 15

A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa, observadas as disposições legais.

Artigo 16

Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam mantidas em depósito na instituição financeira, indicada pela Companhia, até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

Parágrafo 1º - O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º – Para fins do exercício do direito previsto no parágrafo 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão comprovar à Assembleia a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida pelo referido dispositivo durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral e estarão aptos a exercer o mencionado direito apenas com relação às ações que satisfizerem tal requisito.

Parágrafo 3º – Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral.

Artigo 17

Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii) criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;
- (iii) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;
- (iv) participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v) alterações do Estatuto Social;

- (vi) aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii) transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii) aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ix) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x) alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;
- (xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiv) abaixo;
- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

CAPÍTULO VI **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 18

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser conselheiros independentes, de acordo com a definição contida nas políticas da Companhia.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo 1º acima, resultar número fracionado de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro subsequente.

Parágrafo 3º - Os conselheiros eleitos mediante votação em separado serão considerados independentes.

Artigo 19

A Assembleia Geral deverá definir, entre os membros do Conselho de Administração, o Presidente e o Vice-Presidente, podendo substituí-los a qualquer tempo, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único - O cargo de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, salvo nas hipóteses e nos termos previstos pelo Regulamento.

Artigo 20

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores.

Artigo 21

O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 22

Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos seus respectivos suplentes. Na ausência ou impedimento temporário do Presidente, a presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Vice-Presidente. Na ausência e/ou impedimento temporários e simultâneos do Presidente e do Vice Presidente, o Presidente indicará, entre os demais membros do Conselho, quem o substituirá na presidência do Conselho de Administração.

Artigo 23

No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Artigo 24

O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente cada 3 (três) meses e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros.

Parágrafo 1º - Entre o dia da convocação e o dia da realização da reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações serão tomadas por maioria, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 25

A remuneração global anual dos administradores da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a sua individualização.

Artigo 26

Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);;
- (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;
- (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;
- (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês;
- (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia e de suas controladas;
- (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
- (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;

- (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;
- (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica “investimentos”) da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% (vinte por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;
- (xviii) decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definido na política da Companhia que regule esta matéria, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vintemilhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social;
- (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;
- ~~(xix)~~(xx) aprovar a aquisição de matéria-prima, pela Companhia e qualquer de suas controladas, em valor anual superior ao valor equivalente em Reais a US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, considerando-se o período de 12 (doze) meses a partir da primeira contratação, observado que as aquisições de matéria-prima com partes relacionadas deverão seguir a regra prevista no item “xviii”;

~~(xx)~~(xxi) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;

~~(xxi)~~(xxii) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública (“commercial paper”);

~~(xxii)~~(xxiii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;

~~(xxiii)~~(xxiv) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;

~~(xxiv)~~(xxv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

~~(xxv)~~(xxvi) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;

~~(xxvi)~~(xxvii) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;

~~(xxvii)~~(xxviii) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 deste Estatuto, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;

~~(xxviii)~~(xxix) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; e

~~(xxix)~~(xxx) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.

Artigo 27

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento de Funcionamento do Conselho, compete:

a) convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração; e

b) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

Artigo 28

Ao Vice-Presidente ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar na forma do art. 22, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo de Presidente até a eleição de novo titular.

CAPÍTULO VII **CONFORMIDADE**

Artigo 29

A Companhia terá um Comitê de Conformidade de caráter permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, nos termos do Regimento Interno do referido Comitê.

Artigo 30

A Companhia deverá manter uma área dedicada às atividades de conformidade, que será liderada por um integrante de alta hierarquia. Referido integrante se reportará diretamente ao Comitê de Conformidade, não estando subordinado ou vinculado a qualquer outra área ou a qualquer Diretor da Companhia, e ao qual serão assegurados os poderes necessários para garantir o cumprimento de suas funções com independência.

CAPÍTULO VIII **DIRETORIA**

Artigo 31

A Diretoria é composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, sendo um Diretor Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, e por ele destituíveis a qualquer tempo, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 32

O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Artigo 33

Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação, dentre os demais Diretores, de seu substituto, que acumulará as funções observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único – Nas ausências temporárias e impedimentos do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração designar o seu substituto.

Artigo 34

Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração, eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 35

Compete à Diretoria:

- a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos;
- b) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;

Artigo 36

Compete ao Diretor Presidente:

- a) propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;
- b) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e
- e) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.

Artigo 37

Compete aos demais Diretores a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica.

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto no Artigo 39 deste Estatuto, compete a quaisquer 2 (dois) Diretores representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Artigo 38

É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por dois membros da Diretoria.

Parágrafo Único - As procurações deverão especificar os poderes conferidos e a duração do mandato, o qual deverá ser limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, ou que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo.

Artigo 39

Com as exceções constantes neste Estatuto, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

- a) 2 (dois) Diretores; ou
- b) um Diretor e um Procurador ou dois Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do Artigo 38 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários e de certificação digital; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

Parágrafo 2º - Em casos especiais poderão ser outorgados a um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do Artigo 38 deste Estatuto.

Artigo 40

A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto, na forma do art. 33, parágrafo único.

Artigo 41

É vedado à Diretoria:

- a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no País ou no Exterior, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração;
- b) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto às empresas controladas, ou se autorizado expressamente pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX **CONSELHO FISCAL**

Artigo 42

O Conselho Fiscal, composto de até 5 (cinco) membros e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, funcionará de forma permanente, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger um membro e seu respectivo suplente. Igual direito ficará assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Artigo 43

O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo 1º – Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do termo de anuência e/ou adesão às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 2º – No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

Artigo 44

Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a Lei.

CAPÍTULO X

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 45

O exercício social se inicia em 1º (primeiro) de janeiro e termina em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 46

Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em Lei.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados e da dedução para provisão para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos administradores da Companhia por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurados os dividendos mínimos estabelecidos no artigo 9º, letra “c” deste Estatuto, às ações ordinárias.

Parágrafo 2º - Dos lucros líquidos verificados na forma da Lei, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal até que este atinja montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo 3º - Os acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da lei, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada:

- a) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais;
- b) se ainda houver remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe “A”, em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

Parágrafo 4º - Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos antecipados, observadas as disposições da lei, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição “*ad-referendum*” da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral.

Parágrafo 6º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório, estabelecidos neste Estatuto Social em seu artigo 9º e no parágrafo 3º deste artigo 46, respectivamente.

Artigo 47

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio de que trata o parágrafo 6º do Artigo 46, atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados após 3 (três) anos a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros sobre o capital próprio, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO XI **ACORDOS DE ACIONISTAS**

Artigo 48

Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Companhia, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro

da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em Lei.

CAPÍTULO XII **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 49

A Companhia se dissolverá nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução extrajudicial da Sociedade, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.

Artigo 50

Os montantes em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como referência de valores de alçada e deverão ser considerados pelos seus valores equivalentes em Reais, convertidos pela taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando para esse fim a média do mês anterior à operação ou outro fato que enseje a verificação da alçada ou à respectiva proposta ao Conselho de Administração, conforme o caso.

Consolidação – 30/11/2004

Alteração em 31/03/2005 – Art. 4º - Grupamento

Alteração em 31/05/2006 – Art. 4º – Capital Social – Inc. Polialden

Alteração em 02/04/2007 – Art. 4º – Capital Social – Inc. Politeno

Alteração em 31/07/2007 – Art. 4º – Capital Social – RCA 530ª

Alteração em 06/03/2008 – Art. 4º – Capital Social – AGE

Alteração em 30/05/2008 – Art. 4º – Capital Social – AGE – Inc. Grust

Alteração em 30/09/2008 – Art. 4º - Capital Social – AGE - Inc. IPQ

Alteração em 22/12/2008 – Art. 4º - Cancelamento de Ações

Alteração em 30/04/2009 – Art. 4º e Parágrafo 1º – Capital Social – Inc. P. Triunfo

Alteração em 25/02/2010 – Art. 4º, parág. 1º – Limite do Capital Autorizado

Alteração em 27/12/2010 – Art. 4º - Capital Social – Inc. Quattor Petroquímica

Reforma e Consolidação - 28/02/2012

Alteração em 04/12/2012 – Art. 4º - Capital Social – AGE – cancelamento de ações

Alteração e Consolidação - 06/04/2016 – Art. 4º - Conversão de ações preferenciais classe “B” em classe “A”

Alteração em 30/11/2017 – Art. 2º, inclusão das atividades que eram desenvolvidas pela Braskem Petroquímica Ltda. e não tinham equivalente no objeto social da Companhia, Art. 4º, conversão de ações preferenciais classe “B”, em classe “A”; e Art. 39º, retificação da alínea “b” para alinhamento conceitual com o item “xx” do artigo 26.

Alteração em 30/04/2018 – Art. 4º, conversão de ações preferenciais classe “B”, em classe “A”; Art. 18, inserção dos parágrafos 1º, 2º e 3º para prever um percentual mínimo de 20% de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e Novo Capítulo VII, prevendo a criação de um Comitê de Conformidade de caráter permanente e a formalização da existência de uma área de conformidade na Companhia.

Alteração em 13/04/2021 – Art. 1º, parágrafo 1º para alterar a denominação social da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão; Art. 17, (xi) para ajuste de referência cruzada;-Art.26 (xx) para inclusão de alínea para regular a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a aquisição de matérias primas; quando aplicável; Art. 26 (xxv) para ajuste redacional; Criação do Art. 50 para dispor sobre as regras aplicáveis para a conversão do limite para aquisição de matérias primas previsto em Dólar ao equivalente em Reais.